

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**O Contributo dos Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Local  
e a Economia Solidária: Estudo de Caso do Banco Palmas**

Maria Alice Queiroga da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,  
Departamento de Economia Política da Escola de Ciências Sociais e Humanas  
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

novembro 2013



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Contributo dos Bancos Comunitários para o Desenvolvimento Local  
e a Economia Solidária: Estudo de Caso do Banco Palmas

Maria Alice Queiroga da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,  
Departamento de Economia Política da Escola de Ciências Sociais e Humanas  
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

novembro 2013

## DEDICATÓRIA

*“Este homem que eu admiro tanto, com todas as suas virtudes e também com seus limites. Este homem com olhar de menino, sempre pronto e atento, mostrando-me o caminho da vida, que está pela frente. Este mestre contador de histórias traz em seu coração tantas memórias, espalha no meu caminhar muitas esperanças, certezas e confiança. Este homem alegre e brincalhão, mas também, às vezes, silencioso e pensativo, homem de fé e grande luta, sensível e generoso. O abraço aconchegante a me acolher, este homem, meu pai, com quem aprendo a viver. Pai, paizinho, paizão...meu velho, meu grande amigão, conselheiro e leal amigo: infinito é teu coração. Obrigado, pai, por orientar o meu caminho, feito de lutas e incertezas mas também de muitas esperanças e sonhos!”*

*Autor desconhecido*

À comunidade do Conjunto Palmeira,

"Never doubt that a small group of thoughtful, committed citizens can change the world. Indeed, it is the only thing that ever has".

*Margaret Mead*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu amor, estamos juntos há oito anos, e em nenhum momento ele desistiu de mim ou duvidou da minha capacidade de concluir esta dissertação. Amo-te!

À minha família que está no Brasil por serem sempre a minha fonte de inspiração e o meu porto seguro.

À minha família portuguesa, em especial aos meus tios de coração, por me terem dado o maior presente de todos, o meu amor.

Aos amigos e amigas, o meu muito obrigada por todo o apoio e confiança que tiveram em mim.

Aos colegas de trabalho que também me deram muito apoio e fizeram com que não desistisse nunca.

Ao meu querido professor e orientador, que esteve sempre presente nas horas de desespero, assim como a todos os professores que me acompanharam durante o mestrado.

A todos os colegas do mestrado que me ajudaram a esclarecer muitas dúvidas que foram surgindo.

Aos diretores da Instituição onde trabalho, que me deram o apoio que foi necessário para a conclusão desta dissertação.

Obrigada!

*In Memoriam*

*Avó Alice*

## RESUMO

O estudo apresentado tem como objetivo analisar o contributo do Banco Palmas para o Desenvolvimento Local e a Economia Solidária do Conjunto Palmeira. Este banco, localizado no estado do Ceará, município de Fortaleza no Brasil, foi implementado pela sua comunidade através da ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, que durante anos lutou por melhores condições de vida, tendo em 1998 criado o primeiro Banco Comunitário do Brasil – o Banco Palmas.

Durante a análise do estudo de caso é nitidamente identificado o Desenvolvimento Local reproduzido dentro daquela sociedade, assim como a utilização de elementos da Economia Solidária, com o propósito de incluir social e economicamente aquela população. Encontram-se implementados hoje 103 Bancos Comunitários por todo o Brasil. Esta informação demonstra que foi possível reproduzir este projeto como “mancha de óleo”.

É essencial destacar os Bancos Comunitários como agentes promotores do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, uma vez que os mesmos apresentam possibilidades para uma sociedade mais justa e coerente. A ideia principal deste estudo é demonstrar que um outro modelo económico é realizável, sendo a utilização dos Bancos Comunitários um meio possível para alcançar a coesão social.

Esta investigação possibilita comprovar a relação estreita entre os conceitos de Desenvolvimento Local e Economia Solidária com os Bancos Comunitários. Após a conclusão da dissertação será fundamental divulgar o sucesso do Banco Palmas e da sua moeda social para outras comunidades, provocando o entusiasmo necessário no sentido de implementar Bancos Comunitários em territórios mais carenciados promovendo a inclusão social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Comunitário, Economia Solidária, Bancos Comunitários, Banco Palmas.

JEL Classification System: I31;L31

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the contribution of Banco Palmas for Local Development and Solidarity Economy of the Conjunto Palmeira. This bank, located in the state of Ceará, Fortaleza in Brazil, was implemented by the community through ASMOCONP - Residents Association Conjunto Palmeira, who for years fought for better living conditions and in 1998 created the first Community Bank in Brazil - Banco Palmas.

During the analysis of the case study, Local Development is clearly identified within that society, as well as the use of elements of Solidarity Economy in order to include socially and economically that population. 103 Community Banks are now implemented throughout Brazil. This information shows that it is possible to reproduce this project as an "oil slick".

It is essential to highlight Community Banks as promoters of Local Development and Solidarity Economy, since they present possibilities for a fairer society. The main idea of this study is to demonstrate that another economic model is feasible, and the use of Community Banks is a possible means to achieve social cohesion.

This research provides evidence of the close relationship between the concepts of Local Development and Solidarity Economy with the community banks. Upon completion of the dissertation it will be important to disseminate the success of Banco Palmas and its social currency to other communities, creating the necessary enthusiasm to implement Community Banks in areas in need to promote social inclusion.

**Keywords:** Local Development, Community Development, Solidarity Economy, Community Banks, Banco Palmas.

**JEL Classification System:** I31;L31



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Comunitário .	3
1.1 Breve referência ao conceito tradicional de desenvolvimento .....	3
1.2 Breve apresentação do surgimento do Desenvolvimento Comunitário.....	4
1.3 Desenvolvimento Comunitário - definindo a técnica.....	5
1.4 Fases do processo de Desenvolvimento Comunitário .....	10
1.5 Aprofundando conhecimentos para melhor compreender o Desenvolvimento Local.....	15
1.6 Desenvolvimento Local - definindo o conceito.....	20
Capítulo II – Enquadramento teórico da Economia Solidária .....	25
2.1 Breve abordagem ao surgimento da Economia Social e da Economia Solidária .....	25
2.2 Economia Solidária – definindo o conceito.....	27
Capítulo III – Estudo de caso do Banco Palmas.....	31
3.1 Definição de Banco Comunitário .....	31
3.2 Caracterização do Banco Palmas .....	35
3.2.1 A moeda social no Conjunto Palmeira .....	41
3.2.2 O funcionamento do Banco Palmas no Conjunto Palmeira .....	43
3.2.3 Metodologia do Banco Palmas.....	48
3.2.4 Estado-da-arte do Banco Palmas .....	51
Capítulo IV – Análise do estudo de caso à luz dos conceitos e técnica .....	59
CONCLUSÃO .....	65
WEBGRAFIA .....	67
BIBLIOGRAFIA.....	69



## **ÍNDICE DE QUADROS**

QUADRO 1. 1 - 5 FATORES DE RUTURA DO FORDISMO .....	4
QUADRO 1. 2 - FASES DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO .....	11
QUADRO 2. 1 - ECONOMIA SOCIAL X ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	26
QUADRO 3. 1 - COOPERATIVA DE CRÉDITO X BANCO COMUNITÁRIO .....	35
QUADRO 3. 2 - FASES IMPLEMENTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO .....	49

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

FIGURA 2. 1 - AS DUAS DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	28
FIGURA 3. 1 - CICLO DA REDE DE "PROSUMADORES" DO BANCO PALMAS .....	34
FIGURA 3. 2 - MODELO MOEDA SOCIAL PALMAS.....	42
FIGURA 3. 3 - LOGÓTIPO BANCO PALMAS .....	49
FIGURA 3. 4 - REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS DO BRASIL.....	52
FIGURA 3. 5 - QUADRO-SÍNTESE DA ESTRATÉGIA DO BANCO COMUNITÁRIO .....	55

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

AAA – Alimentação, Agasalho e Abrigo

Anon – Anónimo

AICESIS – International Association of Economic and Social Councils and Similar Institutions

ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeira

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

BP – Banco Palmas

BPB – Banco Popular do Brasil

c. – aproximadamente, em cerca de

CAC – Comitê de Aprovação de Crédito

CEF – Caixa Económica Federal

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

EUA – Estados Unidos da América

FECOL – Fórum Socioeconómico Local

FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza

FIB – Felicidade Interna Bruta

IPDSS – Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária

ISCTE – Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROFITEC – Fundação Municipal de Profissionalização

RAP – Relatório Anual Palmas

s.d. – sem data

SEM – Seminário de Investigação

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária)

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

TAC – Taxa para Abertura de Crédito

UNESCO – United Nations Educational, Scientific e Cultural Organization

## INTRODUÇÃO

Encontramo-nos no início da segunda década do século XXI e continuamos a preocupar-nos com a redução da pobreza numa grande parte do globo e com problemas de necessidades básicas por solucionar (em 2050, 33% da população mundial estará em situação de pobreza)<sup>1</sup>.

Nos dias atuais é reconhecida a relevância que a sociedade atribui ao desenvolvimento social, sendo notório o aumento dos programas e projetos realizados e apoiados pelas instituições governamentais. Muitos destes projetos são efetuados com parcerias de ONG's – Organizações Não-Governamentais e outras entidades ativas na sociedade. O que deve ser questionado pela sociedade civil é se a forma de intervenção utilizada é a mais apropriada para o local/região onde esses projetos são implementados.

Os Bancos Comunitários surgiram no Brasil em 1998 e estão presentemente implantados em 103 locais<sup>2</sup>, uma média de mais de seis bancos abertos por ano de norte ao sul do país. Juntamente com os bancos foram criadas as moedas sociais/locais, contribuindo assim para a geração de rendimentos e poupanças nas comunidades em que se encontram.

O objeto de estudo apresentado neste documento pretende demonstrar o contributo de um Banco Comunitário – Banco Palmas – para o Desenvolvimento Local e a Economia Solidária. Consequentemente, esta análise ambiciona comprovar o sucesso destes bancos, efetuando um estudo de caso qualitativo sobre o desenvolvimento do Conjunto Palmeira demonstrado desde a implementação do Banco Palmas.

Especificamente, pretende-se apresentar os conceitos de forma a facilitar o enquadramento do estudo proposto, enfatizando a contribuição do Banco Palmas para o desenvolvimento social e económico do Conjunto Palmeira. Por fim, ambicionamos divulgar o trabalho dos Bancos

---

<sup>1</sup> Giraldi, Renata (2013). O mundo pode chegar a 3 bilhões de pessoas em situação de pobreza até 2050, diz ONU. *Agência Brasil*, [online] 2 julho. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-02/mundo-pode-chegar-3-bilhoes-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-ate-2050-diz-onu>> [Acedido em 07 de outubro de 2013].

<sup>2</sup> Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, *Relatório Anual 2012* [pdf] Instituto Palmas. Disponível em: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/relatrio\\_do\\_instituto\\_palmas\\_12.2.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/relatrio_do_instituto_palmas_12.2.pdf)> [acedido em 18 de Abril de 2013]

Comunitários para que os mesmos sejam utilizados como modelo para o combate à pobreza e incentivo à inclusão social.

A metodologia usada nesta investigação foi de certa forma condicionada pela distância física da região em estudo e consequente dificuldade em obter a quantidade/qualidade de informação que seria desejável num estudo de caso deste género. Por esta razão, a pesquisa foi centrada numa abrangente análise bibliográfica no que se refere aos conceitos utilizados e ao estudo de caso, incluindo um alargado número de documentos disponibilizados *online*.

No capítulo I iremos realizar o enquadramento teórico do Desenvolvimento Comunitário e do Desenvolvimento Local. Inicialmente aborda-se o tema do surgimento das duas definições para de seguida expor os seus significados. As fases do processo de Desenvolvimento Comunitário e conceitos relevantes para o Desenvolvimento Local serão igualmente relatados neste capítulo de forma a facilitar ao leitor um possível interesse de implementação em comunidades que possuam potencial para promover projetos como os Bancos Comunitários. A inclusão desse capítulo revela-se fundamental visto que as duas definições são intrínsecas e estão diretamente relacionadas com o Banco Palmas.

No capítulo II é apresentado o enquadramento teórico da Economia Solidária. Seguindo o mesmo princípio utilizado no capítulo anterior, inicia-se pelo estudo breve do surgimento e posteriormente define-se o conceito. Uma vez que de facto o Banco Palmas é considerado um empreendimento da Economia Solidária, foi indispensável a realização deste capítulo.

Relativamente ao estudo de caso do Banco Palmas, este será retratado no Capítulo III. Primeiramente iremos verificar o significado dos Bancos Comunitários e depois teremos uma breve caracterização do Banco Palmas. Seguidamente será apresentada a moeda social, o funcionamento do projeto no Conjunto Palmeira e a metodologia utilizada naquela comunidade. Conclui-se esse capítulo com o estado-da-arte do estudo de caso proposto.

No capítulo IV é realizada uma análise do estudo de caso à luz do conceito, onde será referenciada a essência do Banco Palmas relativamente aos conceitos apresentados. Pretende-se com esta análise verificar se há realmente uma correlação entre Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Comunitário, Economia Solidária e o Banco Palmas.

Este trabalho será concluído com a apresentação do efeito dos conceitos no estudo de caso, às políticas suscitadas e sugestões para a comunidade académica resultante da investigação.

## **Capítulo I – Enquadramento teórico do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Comunitário**

Este estudo inicia-se com o enquadramento do conceito e da técnica relevante para análise do estudo de caso. Primeiramente será realizada uma breve referência ao conceito tradicional de desenvolvimento, de forma a identificar a sua transformação. De seguida mencionaremos o surgimento do Desenvolvimento Comunitário sendo possível defini-lo como uma técnica e reconhecê-lo como agente promotor para o surgimento do Desenvolvimento Local. É relevante ainda a apresentação das fases envolvidas num processo de Desenvolvimento Comunitário. Uma vez que há uma forte correlação entre o Desenvolvimento Comunitário e o Desenvolvimento Local, foi necessário apresentar outros conceitos relevantes para a compreensão da matéria, como poderá ser verificado no ponto 1.5 deste capítulo. Por fim define-se o conceito de Desenvolvimento Local.

### **1.1 Breve referência ao conceito tradicional de desenvolvimento <sup>3</sup>**

Com um modo de produção em massa, e visionando um alto consumo por parte da sociedade, o Fordismo (c. 1922-1970) foi o modelo económico utilizado até à década de 70, período pós-guerra, tanto nas nações ricas quanto nas emergentes. Naquela época era defendido que desenvolvimento significava crescimento económico, porém com a “descoberta” da escassez de recursos naturais pelos adeptos do sistema capitalista, após a segunda fase da crise do petróleo, surgem alternativas a esta corrente economicista, onde é verificado que desenvolvimento não corresponde necessariamente a crescimento económico sendo uma delas o Desenvolvimento Local.

Esta rutura inicia-se nos finais dos anos 60, inícios dos anos 70, quando a queda dos trinta anos gloriosos é sentida pela sociedade. Em seguida percebe-se a necessidade de criação de novos modelos sociais e económicos diante da nova realidade sentida em todo o mundo, em especial na Europa e nos EUA.

---

<sup>3</sup> Para maior esclarecimento sobre o surgimento do conceito, consultar: Amaro, R. Rogério (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos. pp. 52-54.

De seguida, no quadro 1.1, são apresentados cinco fatores que levaram a esta rutura:

**Quadro 1. 1 - 5 Fatores de rutura do fordismo**

1. O modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos teve resultados insuficientes em relação às suas promessas, tendo desiludido os países de terceiro mundo.
2. Tendência a formatar a sociedade para o produtivismo, gerando um custo social elevado como o individualismo, solidão, instabilização das relações familiares, abandono das pessoas que não produziam, entre outros. Houve manifestações de mal-estar social nos países desenvolvidos (Maio 1968).
3. Tomada de consciência dos problemas ambientais causados pelo modelo utilizado (conferência de Estocolmo 1972).
4. Instabilidade e diferentes crises económicas nos finais dos anos 60 – recessão e baixas taxas de crescimento (stagflation 1971 e 1972, crise do petróleo 1973).
5. Múltiplas crises nos países socialistas (Primavera de Praga 1968).

Fonte: Adaptado das aulas de SEM I do professor Rogério Roque Amaro  
ISCTE ano letivo 2010/2011

É importante referenciar o Desenvolvimento Humano - este é centrado nas pessoas e visa o desenvolvimento individual de cada cidadão no que se refere a aspetos políticos, sociais, culturais e económicos. “Apenas o crescimento económico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação”<sup>4</sup>.

Com as óbvias dificuldades do estado-providência, a sociedade teve que encontrar alternativas para a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida, tendo priorizado o denominado “três às” (AAA-Alimentação, Agasalho e Abrigo) como necessidades básicas. Para suprir estas carências, *basic needs*, é necessário auferir de um rendimento, condição que não era acessível a todos devido à conjuntura vivida na época. Naturalmente, a constatação desta lacuna desperta o Desenvolvimento Local.

## 1.2 Breve apresentação do surgimento do Desenvolvimento Comunitário

Iniciaremos a análise deste ponto com a seguinte questão: Como surgiu o Desenvolvimento Comunitário? Muitos autores, especialistas na área do Desenvolvimento Comunitário defendem que o Desenvolvimento Comunitário surgiu entre as duas grandes guerras, período em que

---

<sup>4</sup> PNUD (s.d.), *O que é Desenvolvimento Humano*. [online] Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH) [Acedido em 14 de junho de 2013].

havia uma grande necessidade de reorganização social, provocado pelas dificuldades socioeconómicas e a grande depressão, crise de 1929.

No entanto, foi após a 2ª guerra mundial que o Desenvolvimento Comunitário começa a ser utilizado como ferramenta nos processos de intervenção social, com o objetivo de contrariar os obstáculos económicos que existiam naquela época. Era necessário a criação de um novo modelo de intervenção social, de modo a desenvolver a sinergia dos poderes estatais com as comunidades locais<sup>5</sup>.

Pode-se analisar as principais linhas da intervenção social que se desenvolveram nos primeiros quinze anos após a 2ª guerra mundial:

- 1948 - Conferência Internacional em Cambridge, onde o Desenvolvimento Comunitário foi reconhecido como instrumento de desenvolvimento dos territórios;
- 1950 - Publicação do relatório da ONU com o título “Progresso Social através do Desenvolvimento Comunitário”, tendo declarado o Desenvolvimento Comunitário como um sistema de intervenção social;
- 1956 - Realização de um seminário em Baarn (Países Baixos), onde foi reconhecido a noção de região-problema (identificar as zonas com maiores dificuldades) como conceito fundamental do Desenvolvimento Comunitário;
- 1958 - Realização de um seminário em Palermo (Itália), onde o Desenvolvimento Comunitário foi considerado um instrumento de estudo e diagnóstico;
- 1959 - Realização de um seminário em Bristol (Reino Unido), onde foi alargada a utilização do Desenvolvimento Comunitário para as zonas urbanas, uma vez que até aqui era focado na zona rural. (Silva,1963:14-15 e 87-124 citado em Carmo, 2007:85-86)

### **1.3 Desenvolvimento Comunitário - definindo a técnica**

Iniciamos o ponto 1.3 com a definição do Desenvolvimento Comunitário pela UNESCO em 1956. É notável como a descrição, apesar de passadas cinco décadas, continua tão atual.

Um termo genérico utilizado para descrever o processo pelo qual as comunidades locais poderiam aumentar os seus padrões de vida. Este processo inclui a organização e criação de

---

<sup>5</sup> Carmo, Hermano (2007), *Desenvolvimento Comunitário*. 2ª ed. Lisboa: Universidade Aberta. p. 85.

serviços, por exemplo, para o bem-estar social, proteção da saúde, educação, melhoria da agricultura, desenvolvimento industrial de pequena escala.<sup>6</sup>

A economista portuguesa, pioneira nos estudos do Desenvolvimento Comunitário em Portugal, Manuela Silva, apresenta a definição de Desenvolvimento Comunitário adotada pelas Nações Unidas<sup>7</sup>: “Conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral”.

Uma vez que os processos mencionados acima tendem a exigir um certo empoderamento dos indivíduos envolvidos e a participação do poder público, é importante que a técnica de Desenvolvimento Comunitário realize o processo de aceleração para o progresso das regiões-problema<sup>8</sup>. No entanto, devido ao isolamento de algumas regiões, é natural que este progresso não atinja ou seja mais atrasado em certas localidades. (Silva, 1963)

Assim sendo, torna-se claro que o objetivo do Desenvolvimento Comunitário é de facto a aceleração do desenvolvimento sustentável de uma determinada comunidade, permitindo que ela acompanhe a evolução de uma determinada região.

Há alguns fatores que determinam o atraso do desenvolvimento em algumas localidades, podendo estes ser de ordem geográfica, económica, histórica e sociocultural e psicológica, conforme aqui sugerido:

1. Ordem geográfica – regiões mais ou menos dotadas em recursos naturais (solo, clima, situação geográfica, entre outros);
2. Ordem económica – economia de autoconsumo, a falta de instrução e qualificação profissional, ignorância em relação às técnicas produtivas, falta de poder de compra interno, entre outros;

---

<sup>6</sup> UNESCO (1956), *Working Paper...The Definition of Community Development* [pdf] UNESCO.

Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001797/179726eb.pdf> > [Acedido em 02 de novembro de 2013]. Tradução: responsabilidade da autora

<sup>7</sup> Silva, M. Manuela (1963), *Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário* [pdf]

Universidade de Lisboa. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W11YC0wp0L119BR8.pdf>> [acedido em 12 de fevereiro de 2011]. p. 543.

<sup>8</sup> Regiões que não acompanharam o crescimento ou expansão económica de um determinado centro de desenvolvimento.



3. Ordem histórica e sociocultural – preconceitos contra a técnica e o progresso, fuga de classes mais abastadas das atividades industriais e comerciais, sistema feudal, estrutura familiar patriarcal, propriedades latifundiárias e minifundiárias, transmissão da propriedade da terra, entre outros.
4. Ordem psicológica – atitude mental da população em face ao progresso. (Silva, 1963:539-540).

Foi defendido por Amaro três ideias fundamentais no que concerne o Desenvolvimento Comunitário. Afirma-se a necessidade de realização de diagnóstico com a participação das populações e da capacidade interna de mobilização dentro da comunidade. Nestas situações deve-se abordar os problemas e as soluções de acordo com as possibilidades de resposta existente dentro da própria comunidade. É preciso haver articulação (Amaro, 2004:52).

“Com base nestas ideias, é importante referenciar que devido ao Desenvolvimento Comunitário estar focado na mudança de atitudes e comportamentos dos indivíduos, é necessário estimular a consciência crítica e ação coletiva das comunidades”.<sup>9</sup>

Desenvolvimento Comunitário é uma forma particular de Desenvolvimento Local, delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais. Normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional, mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e económica e capacidade de organização e participação comunitária.<sup>10</sup>

Para as Nações Unidas a definição do Desenvolvimento Comunitário é “uma técnica representada pela união de esforços entre as populações e os poderes públicos, com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural de um país ou região, assim contribuindo para a correção dos desequilíbrios regionais”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Henriques, M. E. José (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*. Doutor ISCTE. Disponível em: <[http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento\\_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf)> [Acedido em 15 de outubro de 2013]. pp. 289-290. Tradução: responsabilidade da autora.

<sup>10</sup> Buarque, C. Sérgio (2001), *Construindo o Desenvolvimento Sustentável*. Recife: s.n. p. 19.

<sup>11</sup> Silva, M. Manuela (1964), *Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal* [pdf]

Universidade de Lisboa. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163326H3cNW1up0Xu63YZ0.pdf>> [acedido em 12 de fevereiro de 2011]. p. 498.

Na sequência do que foi mencionado anteriormente, faz todo sentido que o conceito de Desenvolvimento Comunitário englobe quatro conceitos, sendo eles o desenvolvimento, a comunidade, a organização comunitária e o serviço social de comunidade (Carmo, 2007:73-84).

Há uma série de princípios que configuram as estratégias do Desenvolvimento Comunitário os quais devem ser analisados a fim de facilitar a implementação de projetos neste âmbito:

- Princípio das necessidades sentidas - defende que todo o projeto de Desenvolvimento Comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população, e não apenas as desenvolvidas pelos técnicos;
- Princípio da participação - afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio desenvolvimento;
- Princípio da cooperação - refere a eficácia da colaboração entre o setor público e privado nos projetos de Desenvolvimento Comunitário;
- Princípio da autossustentação - defende que os processos de mudança sejam equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
- Princípio da universalidade - afirma que um projeto só tem probabilidade de êxito se tiver como alvo de desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (não apenas subgrupo dessa população) e como objetivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento (Carmo, 2007: 86-87).

No que respeita ao último princípio citado, é importante destacar que um projeto de Desenvolvimento Comunitário não poderá agradar a toda a população, por mais ambicioso que seja. A isto pode adicionar-se a importância de técnicas capazes de dinamizar as populações, tornando-as conscientes das suas necessidades e recursos potenciais e consequentemente habilitá-las para unir os seus esforços num processo comum de satisfação das suas próprias necessidades.

Uma vez que estamos a mencionar e ressaltar a importância da animação da comunidade num processo de Desenvolvimento Comunitário, é válido apresentar a grande diferença entre um processo de desenvolvimento promovido pelo estado em oposição a um processo promovido com base no Desenvolvimento Comunitário.

- Planificação central (tipo autoritário) - iniciativa de desenvolvimento parte do estado (governo central responsável pela conceção, execução e revisão do plano);
- Desenvolvimento Comunitário - parte da base, das necessidades sentidas pela população, e sobre elas constrói o plano de ação contando, desde o começo, com a iniciativa, a responsabilidade e liberdade de escolha por parte dos interessados (Silva, 1963:544).

Conclui-se que o Desenvolvimento Comunitário é uma alternativa à não participação da população nos modelos políticos usualmente praticados. Quando uma pequena coletividade entra num processo de Desenvolvimento Comunitário os seus horizontes vão-se alargando sucessivamente, e então são encontrados os interesses locais.

No entanto, para haver uma participação ativa da comunidade, a mesma terá que compreender que é capaz de empreender no sentido de melhorar a sua qualidade de vida. Esta mobilização, é geralmente estimulada por grupos que fazem parte da comunidade e através de pequenas ações acabam por realizar grandes projetos. Na sequência desta constatação apresenta-se o que diz Paul Singer no que concerne o Desenvolvimento Comunitário:

O desenvolvimento de uma comunidade em conjunto, que escolheu o caminho da ajuda mútua e de utilização de bens ou serviços essenciais para produção e/ou distribuição. Nos casos em que estes bens ou serviços são “privados”, estimula a divisão das classes sociais onde as classes proprietárias irão explorar as classes não proprietária impedindo assim o Desenvolvimento Local e Comunitário.<sup>12</sup>

É claramente perceptível neste ponto do capítulo I, uma semelhança entre o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Comunitário, uma vez que os dois partem do princípio que o empoderamento e a organização política são aspetos que devem ser considerados no momento de implementação de um projeto no âmbito do desenvolvimento social.

Sendo assim, após a exposição de alguns autores especialistas na área do Desenvolvimento Comunitário, conclui-se que este é uma técnica que envolve alguns processos e participação comunitária com o objetivo de desenvolver e mudar a atitude de uma determinada comunidade para melhorar a sua situação económica, social e cultural, de acordo com as suas necessidades e capacidades. Em síntese, o Desenvolvimento Comunitário visa capacitar a

---

<sup>12</sup> Singer, Paul (2004). *É possível levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?*[pdf] MTE

Disponível em:<

[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog\\_desenvolvimento\\_comunidadespobre.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimento_comunidadespobre.pdf)> [Acedido em: 05 de dezembro de 2010]. p. 3

comunidade, com a ajuda do estado e de outros parceiros, para desenvolver a sua região e melhorar o seu nível de vida.

#### **1.4 Fases do processo de Desenvolvimento Comunitário**

As fases do processo de Desenvolvimento Comunitário servem para orientar na implementação de um projeto de desenvolvimento social onde uma determinada população ambicione acompanhar a evolução de desenvolvimento das grandes cidades e tenham interesse em melhorar a sua qualidade de vida, não apenas em termos de emprego, como também no que se refere ao acesso à educação, saúde, habitação, saneamento, infraestruturas, transportes públicos, entre outros.

O Desenvolvimento Comunitário deverá realizar as seguintes ações, de forma a garantir uma adequada adaptação às necessidades locais:

- Dotar comunidades do equipamento coletivo necessário (infraestrutura);
- Criar localmente condições de trabalho, incentivando por exemplo atividades artesanais e, conseqüentemente, a adesão de micro e pequenas empresas;
- Reorganizar a agricultura, melhorando a exploração e comercialização de produtos agrícolas;
- Fomentar a educação a toda população, em especial aos jovens;
- Acelerar e alcançar as transformações da qualidade de vida da população local (Silva, 1964:502-503).

Para executar todas as ações mencionadas anteriormente, é necessário haver um líder que motive a mudança social de uma comunidade. Regra geral, essa liderança é levada a cabo por um agente externo. No entanto, é favorável que esta motivação aconteça dentro da própria comunidade, que estuda, de forma neutra, as condições sociais da população e em seguida, juntamente com os resultados da avaliação realizada, implementa a dinâmica necessária para iniciar um projeto de desenvolvimento social. A verdade é que “através da estratégia de Desenvolvimento Comunitário, a comunidade amadurece em relação a si mesma e a seus potenciais, rompe seus casulos e desabrocha para novas possibilidades”.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> BNDES (s.d.), Desenvolvimento Comunitário. [online] BNDES. Disponível em: <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf>> [Acedido em 03 de novembro de 2013]. p. 4.

**Fases do processo de Desenvolvimento Comunitário**

**Quadro 1. 2 - Fases do processo do Desenvolvimento Comunitário**

<b>Etapas</b>	<b>Fases</b>	<b>Quem?</b>	<b>Como?</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Observações</b>
1ª Etapa	Informação geral e dinamização da coletividade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pessoa qualquer da região, líder formal, órgão da administração, associação de carácter social, cultural ou humanitário, equipa de técnicos, centro de investigação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rádio, televisão, jornais, reuniões adicionais (ver qual o meio mais apropriado à realidade da coletividade);</li> <li>- Publicar (adro da igreja, lavadouro público, taberna);</li> <li>- Através de pessoas de prestígio local (usar diferentes meios);</li> <li>- Reuniões em massa são oportunas (criam consciência e responsabilidade).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transmitir a ideia do Desenvolvimento Comunitário (possibilidades que pode trazer; criar o gosto por condições novas de vida; despertar iniciativa e mostrar como estas poderão torna-se reais);</li> <li>- Permitir à população ter uma noção correta sobre o animador e sobre o próprio projeto (deve atingir toda a população/stakeholders);</li> <li>- Provocar reação favorável ao desenvolvimento (querer progredir, acreditar, comprometer-se).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agente serve para esclarecer pontos obscuros e desfazer confusões criadas;</li> <li>- Após a exposição da ideia inicial troca-se ideias;</li> <li>- Demonstração é eficaz para indivíduos pouco evoluídos;</li> <li>- Pode considerar concluída quando a população começa a compreender o DC e apresenta sinais de querer dar início a um projeto concreto;</li> <li>- Informação não cessa, é necessária em todas as etapas.</li> </ul>
2ª Etapa	Prospecção das necessidades e recursos potenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser feita pelos técnicos e pela população;</li> <li>- Técnico competente para dar margem a muitas explicações e apresentação de múltiplas hipóteses possíveis (novas alternativas).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Auto inquérito da coletividade”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar necessidades sentidas;</li> <li>- Proporcionar a transmissão de um conjunto de conhecimentos apreciáveis;</li> <li>- Pessoas discutem e sentem-se comprometidas a fazer alguma coisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prospecção das necessidades visa a tomada de consciência da situação presente de cada coletividade e sua dinamização para tomar parte ativa no processo de desenvolvimento.</li> </ul>

Bancos Comunitários: Estudo de Caso do Banco Palmas

Etapas	Fases	Quem?	Como?	Procedimentos	Observações
3ª Etapa	Descoberta e formação dos líderes locais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Órgãos que detêm a autoridade civil, religiosa ou política dentro da coletividade;</li> <li>- Instituições com funções bem delimitadas;</li> <li>- Organização visível ou formal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emprego de técnicas adequadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descoberta e formação dos líderes locais;</li> <li>- Conjunto de relações: organização;</li> <li>- Hierarquia dentro da coletividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Líderes informais produzem melhores resultados pela proximidade com a coletividade. Para encontrar estes líderes é importante conhecer os grupos informais (pode-se contar com o apoio do padre, médico, professor, mas nunca esquecer do contato direto com a população);</li> <li>- Líderes formais e informais devem ser formados para o Desenvolvimento Comunitário, nesta formação deve-se atribuir funções de responsabilidade;</li> <li>- Líderes formais devem ter: noção de serviço de coletividade; progresso no sentido de maior democratização; maior polarização pelos objetivos a atingir em vez da tradicional rivalidade; maior atenção aos interesses e aspirações da coletividade; eficiência nas relações com o público);</li> <li>- Animadores locais (front line workers) da própria coletividade ou semelhante que receberam formação intensiva sendo indispensáveis para os contactos entre a população e técnicos e/ou serviços administrativo.</li> </ul>

Bancos Comunitários: Estudo de Caso do Banco Palmas

<b>Etapas</b>	<b>Fases</b>	<b>Quem?</b>	<b>Como?</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Observações</b>
4ª Etapa	Elaboração de um plano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizado, avaliado e controlado pela própria população;</li> <li>- Elabora-se a partir do reconhecimento feito pela população das suas necessidades e recursos potenciais;</li> <li>- Tem o acordo final da população direta ou indiretamente manifestado a partir dos seus representantes mais autênticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumento capaz de dar maior eficácia à ação que se empreende;</li> <li>- Inicia com 2 ou 3 projetos de utilidade indiscutível, fácil consecução e resultados visíveis a curto prazo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visa a satisfação das necessidades reais de uma dada coletividade (não importa a sua extensão: aldeia ou município, região geográfica, país, ou até região internacional).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acresce rendimento e dar à população confiança em si própria;</li> <li>- A elaboração do plano dá margem para a realização dos inquéritos e estudos indispensáveis à elaboração de planos mais vastos sem que a população se canse de esperar;</li> <li>- Técnicos não devem se sobrepor à população, devem apresentar diferentes prioridades e fundamentá-las com um quadro de necessidades e recursos;</li> <li>- Determinar pólo ou pólos de desenvolvimento, é uma tarefa complexa, uma vez que haverá sempre as pessoas que puxam mais para um pólo, e pode acontecer deste pólo não ser uma prioridade no que se refere as necessidades da população.</li> </ul>
5ª Etapa	Avaliação dos resultados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser feita pela população através das suas comissões de setor e central;</li> <li>- Técnicos avaliam o projeto e a própria atuação deles.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emprego de técnicas adequadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve incidir sobre resultados materiais obtidos e sobre a transformação de mentalidade operadas;</li> <li>- Deve fazer o confronto entre resultado obtido e previsto, e nos efeitos não previstos, fazer a análise dos resultados benéficos e das disfunções (conhecer possíveis causas).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É parte integrante do processo;</li> <li>- A avaliação bem conduzida permite introduzir, a tempo, as correções necessárias; estabelece bases mais sólidas para planos futuros; assegura a relação entre o ritmo geral do desenvolvimento e o plano traçado.</li> </ul>

Fonte: Quadro adaptado do texto *Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário*. Silva, M. Manuela, 1963:547-557

### **(2ª Etapa) Como se estrutura este auto-inquérito?**

Aplicar numa coletividade já informada acerca das possibilidades de desenvolvimento, explicar que é o meio necessário para conhecer o que já existe e melhorar a ordenação dos recursos existentes para satisfação das necessidades identificadas.

É da responsabilidade de uma comissão central (principais líderes formais e informais locais) bem como de representantes dos diferentes setores e aglomerados da população, sendo previamente estudado pela comissão que divide em diferentes rubricas e são tratadas por subcomissões. Estas comissões contam com o apoio dos técnicos especialistas. Estes técnicos evitam as “soluções falsas”, evitando as convicções coletivas que são mais difíceis de desfazer, esclarecendo questões e apresentam possíveis alternativas.

Produz resultados que deverão ser publicados para toda a população da coletividade. É necessário ter cuidado com certos tipos de resultados que possam humilhar a coletividade.

Em seguida é produzido um esboço de soluções

#### **Perguntas a refletir:**

O que há? O que deveria ser? Como é possível melhorar a situação existente?

Vantagens do método: consciencializa a coletividade.

i) Empenha os interessados na resolução dos seus problemas

ii) Cria elementos de solidariedade na coletividade e processa pressões estimulantes de uns sobre os outros

iii) Reduz eventuais tensões na coletividade pondo em condições de colaborar pessoas pertencentes a diferentes grupos

**ATENÇÃO:** O auto-inquérito não dispensa análise científica (competência dos técnicos)

#### 2 Etapas

- Investigação prévia com vista à descoberta da tipologia própria da região onde se vai atuar; situação geográfica; tipo de população; género de ocupação; grau de religiosidade; desfazer os preconceitos.
- Diagnóstico da situação em ordem à elaboração do plano geral de atuação; intervir todos os fatores que podem constituir elementos a favor ou em desfavor do desenvolvimento. (Trabalhos já existentes sobre a região, informação estatística, observação direta e indireta dos técnicos). Em regra, costuma levar de 6 meses a 1 ano e deve ser feito paralelamente com algum projeto de desenvolvimento.



## 1.5 Aprofundando conhecimentos para melhor compreender o Desenvolvimento Local

Conceitos como globalização, local, glocalização, empoderamento e capital social devem ser reunidos nesta análise, de forma a esclarecer o tema abordado – Desenvolvimento Local. Na perspectiva da autora, compreender estes conceitos dará uma estrutura mais sólida para a apresentação deste estudo.

De acordo com Pecqueur, “No contexto da globalização, as soluções liberais, situadas apenas no quadro macro- económico, não parecem suficientes para produzir soluções inovadoras, que respondam às necessidades do desenvolvimento”.<sup>14</sup>

Como já referido anteriormente, para a realização deste estudo é necessário perceber alguns conceitos de forma mais aprofundada, sendo a questão colocada a seguir muito pertinente no sentido de percebermos a importância do conceito de Desenvolvimento Local: “Por que a volta ao local, em uma época de globalização, está se afirmando como uma alternativa de indução ao desenvolvimento que promete transformar milenares relações políticas e sociais de dominação?”<sup>15</sup> (Franco, 2003:3)

Podemos analisar o que torna o Desenvolvimento Local num conceito tão discutido nas últimas décadas, e porque se verifica o desejo de implementação deste conceito em diversos locais (aldeias, bairros, cidades, municípios, regiões e países).

Iniciaremos o debate deste ponto com uma apresentação breve do conceito de globalização. No entanto, sabemos que se trata de um processo social e económico que conecta pessoas de todo o mundo. Na opinião da autora, a *internet* é uma ferramenta da globalização, tendo esta uma dimensão inimaginável. Pode-se dizer que:

A globalização é um processo acelerado de internacionalização do capital com conotações muito particulares que resultam de dois fatores básicos: a natureza e intensidade da revolução científica e tecnológica – que transforma as bases da competitividade internacional, com redução das distâncias físicas e quebra das barreiras e fronteiras territoriais – e a integração dos

---

<sup>14</sup> Pecqueur, Bernard (2005). O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. *Raízes*, 24 (1 e 2), p. 11.

<sup>15</sup> Franco, Augusto de (2003). *A Revolução do Local*. [pdf] Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16820953/Augusto-Franco-A-revolucao-do-local>> [Acedido em 02 de novembro de 2013]. p. 173

mercados de bens e serviços – incluindo tecnologia e informação – e de capital, com a formação de megablocos económico-comerciais. As transformações nos processos produtivos e na organização económica ocorrem numa velocidade e ritmo acelerado e inusitado que intensificam as disputas competitivas e o redesenho da economia mundial, obrigando as economias nacionais e locais a uma permanente atualização. (Buarque, 2001:20)

Sendo a globalização um processo acelerado que universaliza produtos, gerando um consumo excessivo por parte das populações, em especial das classes médias e altas, é importante perceber o que este processo poderá causar nas sociedades.

É notório que a globalização causa o deslocamento das atividades económicas, podendo provocar uma não utilização adequada das terras nos meios rurais, a concentração da sociedade nas grandes cidades, o aumento das cidades dormitórios, pouca oferta de serviços nas áreas de educação e saúde, entre outras situações. Estas consequências são difíceis de serem corrigidas, uma vez que estimulam focos populacionais em locais que não estão preparados para suprir as necessidades básicas da população (emprego, saúde, educação, entre outros).

A globalização ou mundialização é um processo sem volta. Mas não deve esmagar a condição de cada um, de cada comunidade, a possibilidade de cada povo manter vivos seus ritos, sua mística, sua cultura, suas formas próprias de ver a vida e o mundo. Não pode ser uma globocolonização. Assim, o local permanece como espaço privilegiado de qualidade de vida, de respeito à natureza, de (re) conhecimento do outro. Em um mundo no qual a pobreza ou mesmo a miséria e a exclusão social se alastram, é fundamental preservar a identidade local e regional.<sup>16</sup>

O estudo exaustivo do conceito de Desenvolvimento Local é necessário para o presente documento devido às diversas ramificações que são acrescidas naturalmente pela análise do desenvolvimento. Por esta razão iremos apresentar o conceito de local.

Este conceito leva a refletir sobre a atual mudança social que vivem os diversos tipos de sociedade espalhados por todo o mundo. É importante ressaltar que, quanto menor a área delimitada para uma ação social, maior será o seu poder social, permitindo o desenvolvimento

---

<sup>16</sup> Heck, Silvino in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *Políticas de Emprego e Inclusão Social: o Pão, a Palavra e o Projeto. Políticas Redistributivas de Renda Orientadas ao Desenvolvimento Local*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]. p. 166.

de projetos sociais que visem a melhoria da qualidade de vida de uma determinada comunidade, diminuindo assim as distâncias entre a sua população local.

“Adquire, pois, a conotação de alvo socioterritorial das ações e passa, assim, a ser retro definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, em geral, quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido (...) todo o desenvolvimento é local, seja este local um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo (...) o local é necessariamente o pequeno, mas não no sentido territorial ou populacional, e sim no sentido daquilo que foi tornado pequeno por força de alta “tramatura” social.” (Franco, 2003:140)

Para a realização de ações sociais locais é necessário haver uma forte identidade local. O que caracteriza o local são as suas raízes, identidades, culturas, entre outros. No entanto, nos casos em que há utilização de modelos vindos de outras experiências, é preciso ter em atenção os modelos a seguir de forma a que não sejam “copiados” padrões que impeçam o Desenvolvimento Local. “O local é onde se encontra uma comunidade que consegue criar laços de identidade e redes de solidariedade – são estes dois critérios fundamentais. Isto significa que o local pode ser um concelho, uma freguesia, um bairro ou até mesmo uma região”.<sup>17</sup>

Devido à conjuntura de mudança social vivida atualmente, fala-se com frequência da globalização do local e da localização do global, sendo importante definir o conceito de “glocalização”<sup>18</sup>. Desta forma apresenta-se o significado de glocalização conforme apresentado por Franco que determina como:

Mudança social que está ocorrendo em virtude da conjunção de vários fatores interdependentes: novo ambiente político mundial, inovação tecnológica, nova cultura correspondente a uma sociedade cosmopolita global, nova morfologia da sociedade-rede e novos processos democrático-participativos ensaiados sobretudo em âmbito local (Franco, 2003:193).

Como verificado anteriormente, podemos confirmar que vivenciamos uma época de mudanças constantes em termos político, económicos, sociais, culturais e tecnológicos. É a

---

<sup>17</sup> Amaro, R. Rogério (1998), “Livro de actas da Conferência Local de Emprego” realizada pela Câmara Municipal de Oeiras, 25 de Novembro de 1998. p. 29.

<sup>18</sup> Wikipédia - Fusão das palavras global e local, refere-se à presença da dimensão local na produção de uma cultura global.

geração que tudo quer e nada pode. Em termos sociais esta implicação exclui as sociedades mais carenciadas por falta de oportunidade. O estado providência atual vem atravessando um período muito delicado, onde está próximo o dia em que nada poderão fazer para auxiliar as comunidades de baixa renda. É nesta perspectiva que se apresenta o conceito de empoderamento.

Empoderamento ou *Empowerment* é a descentralização do poder. Trata-se da constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controlo sobre suas vidas e participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente (...) é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão.<sup>19</sup>

O empoderamento está inculcado nos indivíduos e este poder permite-lhes realizar uma série de mudanças numa determinada situação. Por esta razão, há sociedades que se desenvolvem mais do que outras, devido à participação em toda e qualquer circunstância. Esta participação permite a implementação de projetos que vão ao encontro das necessidades de cada comunidade. Ao exercerem a sua cidadania, as pessoas estão a cultivar a democracia de todos.

Sem tal “poder” não há desenvolvimento, nem da coletividade (desenvolvimento social), nem de cada indivíduo (desenvolvimento humano). Pode até haver um surto de crescimento, mas ele não refletirá melhorias das condições de vida e de convivência social no longo prazo (ou seja, não será um desenvolvimento sustentável).<sup>20</sup>

Desta forma tem-se o conceito de *empowerment* como uma forma diferente de desenvolver a comunidade, sendo este poder delegado de baixo para cima. Os próprios agentes envolvidos detêm a autoridade de realizar mudanças no meio em que estão inseridos. Uma vez que estes indivíduos têm o poder de decisão daquela região, o *empowerment* ficou também conhecido como desenvolvimento participativo. Ao utilizar este padrão social, a comunidade pode

---

<sup>19</sup> Horochovski, R. Rodrigo e Giselle Meirelles (2007). *Problematizando o Conceito de Empoderamento*. [pdf] Disponível em:

<[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)> [Acedido em: 29 de setembro de 2013]. p. 485.

<sup>20</sup> Franco, Augusto de (2004) *O Lugar mais Desenvolvido do Mundo – Investindo no Capital Social para Promover o Desenvolvimento Comunitário*. [pdf] Disponível em:

<<http://www.slideshare.net/augustodefranco/o-lugar-mais-desenvolvido-do-mundo>> [Acedido em: 14 de maio 2011]. p. 7.

desenvolver-se com o controlo da ação, superando assim os obstáculos das necessidades sociais.

O empoderamento poderá produzir poder social suficiente para possibilitar a diminuição da pobreza e exclusão social, uma vez que a sua definição significa “a capacidade de desenvolvimento que a comunidade tem para agir e realizar mudanças sociais sustentáveis, localmente, de modo a garantir a construção e reconstrução de determinada região. Este poder social tende a envolver a população e servir de fio condutor, disseminando para o restante dos habitantes a motivação para desenvolver projetos no âmbito social, que venha a ajudar a população local a suprir suas necessidades básicas (“basic needs”), apresentando a medida de capital social que àquela população é capaz de produzir. (Franco, 2003)

Uma vez que foi mencionado o conceito de capital social, é importante perceber o que o mesmo significa. Mas afinal o que é o capital social? É um grupo de indivíduos que decidem juntos formar um empreendimento de ajuda mútua, com o objetivo de atingirem juntos uma meta.

O capital social se refere aos laços fracos (não hierárquicos, não funcionais, não parentais, ou consanguíneos) entre pessoas, em conexões voluntárias, baseadas em reciprocidade, cooperação e solidariedade. E esse fenómeno se manifesta na sociedade civil em maior intensidade do que aquela que se verifica nas outras esferas da realidade social ou nos outros tipos de agenciamento, como o estado e o mercado. Em outras palavras, quanto mais rede e mais democracia participativa houver, maior será o nível, o estoque ou o fluxo do capital social de uma sociedade. E quanto menos redes e menos processos democrático-participativos houver, menor será o capital social de uma localidade (...) quanto menor o capital social de uma localidade, menor o seu desenvolvimento” (Franco, 2004:22).

“Por esta razão os modelos de desenvolvimento não são passíveis de transposição, uma vez que as condições sociais e económicas variam de local para local”<sup>21</sup>. São fundamentais para definir as metodologias que devem ser aplicadas de acordo com cada situação. Ao longo desta pesquisa e leitura de vários autores, fica explícito que há comunidades que são mais enérgicas do que outras, e geralmente esta “energia” é verificada em comunidades que se conectam horizontalmente e de forma voluntária, no desejo de atingir o bem-estar geral.

---

<sup>21</sup> França, C. Luiz de, e Roberto N. G. Filho in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *Políticas Institucionais para o Fomento ao Desenvolvimento Local*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]. p. 321.

## 1.6 Desenvolvimento Local - definindo o conceito

Numa das aulas lecionadas por Roque Amaro, ele explicou que o Desenvolvimento Local geralmente se desenvolve mais em situação de “desgraça”, uma vez que as pessoas tendem a ficar mais unidas e a combater em grupo situações de injustiça.

Partimos do pressuposto de que há três<sup>22</sup> consequências importantes que redefinem o próprio conceito de desenvolvimento:

- i) Todo desenvolvimento é social;
- ii) Todo desenvolvimento é local;
- iii) Todo Desenvolvimento Local só se define completamente pelas suas conexões com o global (Franco, 2003:167).

As altas taxas de desemprego e pobreza nos anos 80 provocaram uma profunda mudança nas políticas de desenvolvimento. O Desenvolvimento Local representa uma resposta espontânea, em nome das comunidades locais, com o objetivo de neutralizar os efeitos negativos da globalização e do ajuste produtivo sobre o emprego e a qualidade de vida da população.<sup>23</sup>

Na sequência desta verificação, além de ter sido mencionado nos subcapítulos anteriores, a definição de Desenvolvimento Local é extremamente importante para o enquadramento do estudo de caso proposto nesta dissertação. O tema abordado neste documento foi selecionado devido à sua potencialidade em ajudar a solucionar problemas da pobreza extrema, assim como dar oportunidades às comunidades mais desfavorecidas de serem incluídas socialmente.

---

<sup>22</sup> Para conferir os 29 pontos conotativos entre localização e desenvolvimento, consultar Franco, Augusto de, 2003, *A Revolução do Local*, pp. 298-300.

<sup>23</sup> Barquero, V. Antonio (2006) *Endogenous Development: Analytical and Policy Issues*. (Stöhr, 1990 e Barquero, 1993 citado em Barquero:9) Tradução: responsabilidade própria.

Queremos um Desenvolvimento Local com inclusão social, em que haja cooperação, criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, económicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir de seus próprios interesses em conflito, buscando construir um novo Desenvolvimento Local em conjunto.<sup>24</sup>

O conceito de desenvolvimento requer uma reestruturação social, não se deve focar apenas no aspeto económico, uma vez que o aspeto político, social e cultural é de suma importância para esta reformulação. “Neste “novo” conceito de desenvolvimento, fatores como a identidade regional e territorial e a participação política têm uma posição importante”.<sup>25</sup>

Apresenta-se aqui o conceito de Desenvolvimento Local que tem como princípio a luta contra a pobreza e a exclusão social. Geralmente se desenvolve de forma endógena (de dentro para fora), estimulando a democracia participativa nos mais variados aspetos da sociedade. O objetivo é sempre a luta social onde podem reivindicar condições dignas de vida baseado no desenvolvimento sustentável. (Henriques, 2006:289-290)<sup>26</sup>

Desenvolvimento Local, pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o Desenvolvimento Local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e a condição para a qualidade de vida da população local. Este empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidade próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconómica e cultural da localidade. (Buarque, 2001:13)

De acordo com Amaro, “a par do processo de globalização, existem os fenómenos de Desenvolvimento Local. Ou seja, hoje assistimos não a um processo simples de globalização

---

<sup>24</sup>Somekh, Nadia in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *A Construção Social da Cidade: Desenvolvimento Local e Projetos Urbanos*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPoliticlas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]. p. 166. (Daniel, 2002:33 citado em Somekh, 2010:18)

<sup>25</sup> Stöhr, Walter (1984). Changing External Conditions and a Paradigm Shift in Regional Development Strategies? *Estudos de Economia*, IV (4), p. 470. Tradução: responsabilidade própria

<sup>26</sup> Tradução: responsabilidade própria

mas a um processo complexo de localização”. O processo de Desenvolvimento Local é um conceito que se decompõe em 10 aspetos:

- Processo de mudança;
- Centrado numa comunidade;
- Sempre originado pela constatação de necessidades não satisfeitas – problemas por resolver, ou seja, uma ameaça;
- A que se procura responder prioritariamente com as capacidades locais (com os recursos endógenos) – o Desenvolvimento Local parte da constatação de necessidades não satisfeitas e consiste, sobretudo, na realização de capacidades;
- Pressupondo uma lógica e, sobretudo, uma pedagogia de participação (ponto muito importante do conceito);
- Reconhecendo, contudo, a insuficiência dos recursos locais e, portanto, procurando articulações virtuosas, fertilizadoras, com recursos exógenos de todo o tipo (financeiros, humanos, materiais, informativos, entre outros) – ou seja, há aqui uma articulação com o global que é importante reconhecer;
- Mas é um processo sempre numa perspetiva integrada e integradora, ou seja, interdisciplinar e interinstitucional;
- Que implica uma dinâmica e abordagem do trabalho em parceria, convocando os vários parceiros e as várias instituições, bem como os seus respetivos recursos e perspetivas;
- Desenvolvimento Local só existe se tiver um impacto tendencial em toda a comunidade, gerando efeitos de imitação “tipo mancha de óleo”;
- É um processo com grande diversidade de pontos de partida, de problemas, de protagonistas, de soluções, de ritmos, de resultados, entre outros – este é um ponto importante na medida em que o processo de desenvolvimento tradicional tinha como característica fundamental a homogeneidade, a massificação, isto é, a utilização de modelos de referência que serviam de exemplo para todos, enquanto que o Desenvolvimento Local é, pelo contrário, o reencontro com a diversidade que, como a natureza, nos mostra, é a base da vida. (Amaro, 1998:28-29)

Nesta análise define-se o Desenvolvimento Local como processo de mudança centrado numa comunidade que tenha problemas a ser resolvidos, que procura dar respostas com os recursos endógenos através de uma pedagogia de participação. Reconhece que há insuficiência de recursos locais e por isso procura uma articulação exógena, sempre numa perspetiva integrada e integradora. Envolve os mais diversos parceiros e seus respetivos recursos e só existe se tiver impacto tendencial em toda a comunidade, sendo um processo com grande diversidade de problemas, protagonistas, soluções e resultados.



O Desenvolvimento Local exprime fundamentalmente “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente, das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004:57).

Henriques aponta que “o desafio de alcançar um desenvolvimento alternativo na sociedade está, portanto, ligada ao desafio da prevenção da pobreza e a alcançar a integração social e económica das famílias pobres” (Henriques, 2006:126).<sup>27</sup> É possível que esta informação seja a missão de todas as pessoas interessadas numa forma de desenvolvimento mais justa, que alcance todas as classes sociais, integrando assim as comunidades carenciadas numa sociedade mais inclusiva.

O Desenvolvimento Local pode ser considerado como uma estratégia para capacitar comunidades, estimulando o empreendedorismo para que estas pessoas sejam capazes de ter uma vida digna, onde possam superar problemas e aproveitar oportunidade para não ficarem dependentes de apoios externos. O importante é que a população acredite no projeto para que ele se torne sustentável a longo prazo, sempre animando a rede.

Conceituar o desenvolvimento sem se entregar à lógica economicista. A centralidade dos aspetos económicos não pode ser abandonada, mas do ponto de vista da promoção da cidadania, só é aceitável uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Dessa forma, não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda e democratização do acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia. Ou seja, não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.<sup>28</sup>

É importante, em comunidades mais carenciadas, haver projetos que promovam o acesso a oportunidades de emprego e renda para que haja uma quebra da dependência causada pelo estado providência. É necessário realizar mudanças nas regiões mais atrasadas através da animação territorial. Estes projetos não devem ficar limitados a aspetos económicos, no entanto não pode ignorá-los, sendo fundamental a análise do mercado para a sua

---

<sup>27</sup> Tradução: responsabilidade própria.

<sup>28</sup> Dowbor, Ladislau (1995). Requisitos para um Projeto de Desenvolvimento Local, *DICAS*, 53. p. 1.

implementação. É necessária a aplicação de um modelo social que seja eficiente e competitivo para o projeto ser sustentável. (Buarque, 2001)

Desta forma, qualquer estratégia para promoção do Desenvolvimento Local deve estruturar-se em, pelo menos, três grandes pilares:

1. Organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinado com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão;
2. Agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e aumento da competitividade das atividades económicas com vantagens locais, e reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local;
3. Tudo isso associado com alguma forma de distribuição de ativos sociais, principalmente o ativo conhecimento. Não apenas legitimidade, expressa pela governabilidade, como também e, especialmente, capacidade efetiva de execução e implementação de ações e investimentos, expresso pela escolaridade e a capacitação tecnológica (Buarque, 2001:14-15).

Este processo de transformação cultural não é fácil, nem simples, muito menos natural. Exige a saída das pessoas de suas zonas de conforto, fruto das organizações, formas e ações típicas do mundo institucional, arraigadas durante os últimos 60 anos. Existem metodologias adequadas para a promoção dessas transformações, sempre valorizando o património tangível e intangível e ativando as competências locais.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Pires, Luis Henrique in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *A Descentralização do Poder e a Regionalização das Soluções como Instrumentos da Promoção do Desenvolvimento Local/Regional*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]. p. 107.

## Capítulo II – Enquadramento teórico da Economia Solidária

O enquadramento aqui proposto inicia-se com o surgimento da Economia Social e da Economia Solidária, identificando as suas similitudes e diferenças. Posteriormente é apresentada a definição do conceito da Economia Solidária. Uma vez que o estudo de caso a ser analisado no capítulo III é um empreendimento que utiliza os princípios da Economia Solidária, tornou-se relevante a análise deste conceito.

### 2.1 Breve abordagem ao surgimento da Economia Social e da Economia Solidária

O surgimento da Economia Social remonta a períodos antigos na forma de sistemas de ajuda mútua, porém estes sistemas eram vigiados e reprimidos pelos poderes instituídos devido à ameaça que causavam para os poderosos daquelas sociedades. Atua na Europa no século XIX através de associações de camponeses que lutam pela sobrevivência devido às dificuldades socioeconómicas causadas pela revolução industrial. (Gueslin, 1987 citado em Defourny, 2009:156)

A Economia Social é considerada como “o intervalo entre o estado e o mercado, quer no sentido da concretização das ações que o estado não pretende resolver, quer no daquelas que a economia privada não vislumbra interesses lucrativos para a sua realização”.<sup>30</sup>(Caeiro, 2008:64)

Grupo de empresas e instituições que para além da sua diversificação jurídica e heterogeneidade de funções, está ligado através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus membros e no interesse geral, sendo as cooperativas a sua representação mais genuína (Barea e Monzón, 1992:32 citado em Caeiro, 2008:64).

Após a apresentação do surgimento e significado da Economia Social, que em síntese resume-se a formas de associações que têm como objetivo a solidariedade em situações adversas. É prioritário apresentar os primórdios da Economia Solidária.

---

<sup>30</sup> Caeiro, C.M. Joaquim (2008), Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Kátal Florianópolis*, 11 (1), p. 64.

Já a Economia Solidária tem a sua origem no início do século XIX junto com as associações dos trabalhadores. No entanto o conceito é reanimado na década de 90, quando surgiram várias atividades económicas baseadas no princípio da cooperação, autonomia e gestão democrática, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores.<sup>31</sup>

A economia solidária é a “consciência externa da Economia Social, definida no sentido de atividade económica, sendo a sua lógica o sistema de valores dos atores com base nos critérios de gestão das suas instituições”. (Caeiro, 2008:65)

(...) a iniciativa provém dos cidadãos que estão resolvidos a fazer alguma coisa, porque não estavam completamente excluídos ou desesperados e porque integram no seu comportamento individual a utilidade de todos, ainda que por si próprio, de libertar as ligações sociais, acumular o capital, melhorar o seu meio ambiente, de defender os vizinhos (Lipietz, 2001:51 citado em Caeiro, 2008:65).

No sentido de perceber as diferenças entre a Economia Social e Solidária, nas formas de organização das atividades produtivas, apresenta-se:

**Quadro 2. 1 - Economia Social x Economia Solidária**

<b>Economia Social</b>	<b>Economia Solidária</b>
Mutualidades	Projetos alternativos
Cooperativas (produção mercantil)	Desenvolvimento Local
Associações (serviços de proximidade)	Pluralidade de formas de organização e de democratização

Fonte: Adaptado Wautier, 2003 citado em Vieira, 2005:190

Segundo Jordi Estivill “A Economia Social e solidária já provou ser capaz de criar mais emprego do que a economia tradicional”.<sup>32</sup> Estas vertentes da economia tradicional tendem a crescer em tempos de crise, quando as comunidades buscam soluções para sair da pobreza

<sup>31</sup> Laville, J. Louis e Luiz I. Gaiger in Cattani, et al (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina, SA. p. 162.

<sup>32</sup> Anon: (2013). Economia Social e Solidária, *O Figueirense* [online]. Disponível em: <[http://www.ofigueirense.com/seccao.php?id\\_edi=202&id\\_sec=1](http://www.ofigueirense.com/seccao.php?id_edi=202&id_sec=1)> [Acedido em 13 de fevereiro de 2011].

extrema, possibilitando a utilização de bens e serviços de necessidade básica como o acesso à educação, saúde, habitação, entre outros.

No caso do Brasil, há três eventos que potencializaram a teoria da Economia Solidária na década de 90:

- Queda do socialismo real, permitindo o debate de novos sistemas económicos, inclusive no Brasil;
- Campanha contra fome de Betinho<sup>33</sup>, tendo envolvido os principais autores da Economia Solidária brasileira;
- Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, com o tema “A Fraternidade e os Desempregados” em 1999, onde foi estimulado o debate da Economia Solidária como alternativa (Vieira,2005:10)

## **2.2 Economia Solidária – definindo o conceito**

A Economia Solidária, como o próprio nome já refere, é uma economia que une as pessoas que partilham o mesmo interesse, tendo a ver com reciprocidade, lealdade e altruísmo. Neste ponto iremos definir o conceito de Economia Solidária de forma a facilitar a interpretação que será necessária ao analisar o estudo de caso. “O conceito de Economia Solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da Economia Social, na sua origem, de evitar o fosso entre o económico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da Economia Social e Solidária”.<sup>34</sup>

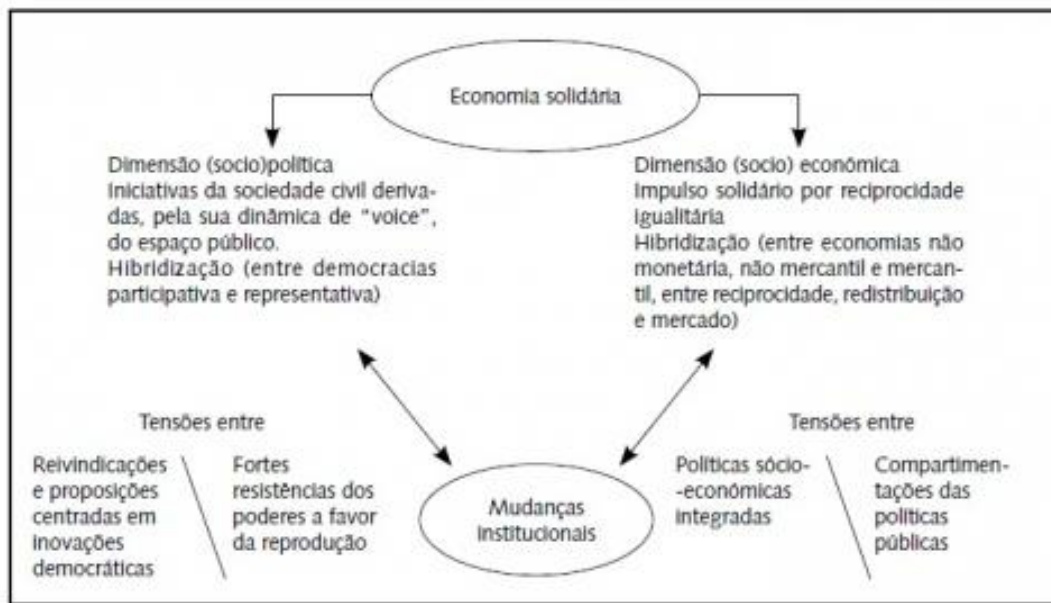
Na sequência desta apresentação, é importante apresentar as duas dimensões políticas da Economia Solidária defendida por Laville (2009:43), onde se destaca: “a necessidade de as experiências associativas, cooperativas ou mutualistas pesarem sobre os compromissos institucionais”. Esta valoração sobre os aspetos associativos não aconteceu na Economia Social, que se centrou na organização e na dimensão económica. Já a Economia Solidária estimula um processo de democracia participativa, reforçando a dimensão política.

---

<sup>33</sup> Sociólogo e ativista dos direitos humanos brasileiros. Concebeu e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

<sup>34</sup> Lechat, P. M. Noëlle (2002). Economia Social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas*, 2 (1), p. 126. (Laville e Roustang, 1999 citado em Lechat, 2002:126).

**Figura 2. 1 - As duas dimensões da Economia Solidária**



Fonte: Laville, J. Louis, 2009:43

Dimensão Sociopolítica – há a participação democrática da sociedade com o intuito de realizar mudanças numa determinada população. O poder público deve ser representado, porém há uma grande resistência destes em reproduzir a Economia Solidária.

Dimensão Socioeconômica – os empreendimentos da economia solidária são democráticos e inclusivos, visando a geração e distribuição de renda de forma justa.

A inserção social é o principal impulsor da Economia Solidária que tem como meta solucionar situações de falta de acesso à saúde, educação, bens de primeira necessidade. Preocupa-se também com o meio ambiente e a sustentabilidade de seus projetos, sempre com o foco no ser humano e almejando uma sociedade mais justa, fortalecendo as relações sociais dentro da comunidade. (Laville e Gaiger, 2009)

A crise econômica mundial atual acarretou o desemprego em massa por todo o mundo, sendo cada vez mais debatida a importância da Economia Solidária. Os indivíduos sem grandes oportunidades no que toca ao emprego e à renda, acabam por viver uma vida sem dignidade. A Economia Solidária promove projetos que visam beneficiar, especialmente comunidades carentes, no que concerne a geração de emprego e renda.

A Economia Solidária no Brasil compreende 2 milhões de pessoas e mais de 20 mil empreendimentos autogestionários. Essas iniciativas se concentram principalmente no nordeste, estando 80% destas iniciativas na informalidade. Alguns estudos apontam que a Economia

Solidária no Brasil está diretamente ligada à pobreza, sendo uma das muitas respostas das comunidades carentes à falta de emprego e à exclusão social. Ainda é considerada como uma reação das vítimas da pobreza à falta de crescimento do país nas últimas décadas (Heck, 2010:142-143).

Uma vez que o estudo de caso ora proposto nesta dissertação está localizado no Brasil, apresenta-se a definição da Economia Solidária pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego Brasileiro:

A Economia Solidária produz, vende, compra e troca os bens necessários para viver sem explorar a mão-de-obra e sem destruir o ambiente. Cada indivíduo pensa no bem de todos e no seu próprio bem. Vem se apresentando como alternativa de geração de emprego e rendimentos e como forma de inclusão social. Pode produzir bens e serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário em cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras. (Portal MTE)

Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionaria, seja nos lucros da empresa<sup>35</sup>.

Considera-se que a Economia Solidária é uma proposta renovada da Economia Social, uma vez que além de trabalhar em prol da mesma necessidade de uma população/comunidade, é a favor do desenvolvimento dentro de uma localização, sendo assim possível perceber a limitação de recursos atual de forma a preservar a sustentabilidade futura.

A Economia Solidária visa o lucro, no entanto não se apropria do seu excedente, utilizando este para produzir bens e serviços que gerem inclusão social. É reconhecida a prática de consumo responsável dentro dos empreendimentos da Economia Solidária, uma vez que a população empenha-se para gerar um bem-estar social. (Vieira, 2005)

“A Economia Solidária é entendida como uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e de precarização do trabalho (degradação das condições de trabalho e retirada dos direitos dos trabalhadores) que acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos últimos

---

<sup>35</sup> Benini, G. Elcio e Leonardo F.F. Neto, s.d., *Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão*. [pdf] Disponível em:

<[http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412\\_Economia\\_Solidaria\\_Seget.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf)> [Acedido em: 08 de setembro de 2012] p.4. (Singer citado em Benini e Neto, s.d.:4)

dois séculos. O capitalismo é marcado por essa contradição de produzir riqueza gerando miséria. Assim, além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionárias de produção, comercialização, consumo, crédito, entre outros, a Economia Solidária tem em vista a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país, que seja ao mesmo tempo sustentável, solidário, global e coletivo”.<sup>36</sup>

Numa campanha brasileira em prol da Economia Solidária, foi publicado um material<sup>37</sup> onde é defendido que a Economia Solidária está baseada em 10 princípios:

1. Autogestão
2. Democracia
3. Cooperação
4. Centralidade do ser humano
5. Valorização da diversidade
6. Emancipação
7. Valorização do saber local
8. Valorização da aprendizagem
9. Justiça social na produção
10. Cuidados com o meio ambiente

Em síntese, o que podemos concluir após a definição do conceito da Economia Solidária é uma forma inovadora de produzir, vender, comprar e trocar bens de primeira necessidade. Neste modelo não há a exploração do indivíduo e existe uma preocupação com o ambiente. Tem como ideal realizar o bem-estar na totalidade das comunidades, valorizando e construindo o coletivo. Por esta razão, a Economia Solidária vem crescendo nos últimos anos como uma alternativa inovadora que gera emprego e renda com o objetivo de realizar a inclusão social.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Economia Solidária Outra Economia Acontece, *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*, p. 22.

<sup>37</sup> Economia Solidária Outra Economia Acontece, *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*, s.p.

<sup>38</sup> Jesus, Paulo de, (2008). *Economia Solidária em Pernambuco*. Recife: Edições Bagaço. p. 9.



### Capítulo III – Estudo de caso do Banco Palmas

O desejo de conhecer melhor o projeto do Banco Palmas foi o agente motivador para a investigação aqui apresentada. Iniciaremos este capítulo com a definição de Bancos Comunitários e em seguida será apresentado o projeto através da sua caracterização. Nos pontos subsequentes poderemos analisar a moeda social Palmas, o funcionamento do Banco Palmas e a metodologia adotada pelo mesmo. Por último, pretende-se fazer o estado-da-arte, apresentando os dados mais recentes desta experiência.

#### 3.1 Definição de Banco Comunitário

Iremos iniciar este capítulo realizando uma introdução sobre o que é um Banco Comunitário. De acordo com o manual elaborado pelo Instituto Palmas define-se Banco Comunitário por: “serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da Economia Solidária”.<sup>39</sup>

Os Bancos Comunitários têm como objetivo oferecer crédito para comunidades desfavorecidas, diferenciadas (quilombolas, indígenas, assentados) e afastadas, as quais não têm acesso ao crédito nos bancos oficiais, uma vez que não têm como apresentar garantias reais como análise de patrimônio, fundo garantidor, fiador, entre outros. No entanto, vai além de uma simples oferta de crédito, ajudando a desenvolver os territórios de baixa renda, reorganiza as economias locais, estimulando o crédito. Capacita lideranças comunitárias para serem gestoras do banco, capacita jovens e mulheres para o trabalho e a convivência comunitária, organiza a comunidade, empodera e gera cidadania. (IPDSS, 2010)

De acordo com França Filho, “os Bancos Comunitários são experiências de Economia Solidária, e como tal, nos convida a experimentação de um outro tipo de economia

---

<sup>39</sup> Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (IPDSS), s.d., *100 Perguntas mais frequente*. [pdf] Instituto Palmas. Disponível em < <http://www.slideshare.net/bancopalmas/banco-palmas-100-perguntas-mais-frequentes?ref=http://www.inovacaoparainclusao.com/publicaccedilotildees-do-instituto.html>> [Acedido em 28 de janeiro de 2011]. p.8.

(efetivamente a favor do bem-estar humano e social) ”<sup>40</sup>. Sendo as principais características de um Banco Comunitário:

- Implementados pela própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária;
- Utiliza duas linhas de crédito, no caso brasileiro, uma em real e uma outra em moeda social local;
- Linhas de crédito estimulam a rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
- Apoia os empreendimentos com estratégia de comercialização (p. ex. feiras e lojas solidárias);
- Atua em territórios caracterizados pela elevada exclusão e desigualdade social;
- É voltado para um público com alto grau de vulnerabilidade social;
- Adquire sua sustentabilidade financeira em curto prazo, uma vez que obtém subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.<sup>41</sup>

Pode-se mencionar ainda um conjunto de produtos e ações que são criados a partir de um Banco Comunitário:

1. Comunidade local – realiza a gestão do Banco Comunitário, sendo necessário a existência de um conselho local, que pode conter representantes de organizações, associações e instituições da sociedade civil;
2. Bancos Comunitários – é um instrumento de promoção do desenvolvimento económico e responsável pela execução de serviços financeiros;
3. Crédito produtivo – é concedido em reais e apoia a criação ou ampliação de novos empreendimentos;
4. Fundo solidário para compras conjuntas – beneficia grupos de pessoas que trabalham num mesmo setor (cabeleireira, costureira, entre outros), uma vez que compra os produtos diretamente ao fornecedor, em grandes quantidades, reduzindo o valor dos artigos;
5. Crédito para consumo – é concedido em moeda local, com vista a estimular o comércio da comunidade;
6. Microseguro – é um seguro de vida destinado à população de baixa renda, com um valor de prémio anual acessível;

---

<sup>40</sup> Júnior, S.T, Jeová (2008), *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Arte Visual. p. 24. (Filho, 2007 citado em Júnior, 2008:24)

<sup>41</sup> IPDSS, (s.d.). *Banco Comunitário*. [online] Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/o-que-e-um-banco-comunitario.html>> [Acedido em 19 de agosto de 2013]

7. Poupança – esta prática deverá ser estimulada dentro da população, sendo a mesma instruída a um consumo consciente através de uma educação financeira. No exemplo do estudo de caso – o Banco Palmas – a legislação brasileira não permite que os Bancos Comunitários realizem poupança, tendo para tal que recorrer a um banco comercial;
8. Correspondente bancário – permite que o Banco Comunitário realize pagamentos e recebimentos como nos bancos comerciais, colaborando para a circulação de moeda dentro da comunidade;
9. Educação – é parte integrante de um Banco Comunitário, que deve estabelecer um programa de capacitação e formação progressiva e contínua;
10. Rede local de “prosumadores”<sup>42</sup> – a comunidade deve articular-se em rede comprando e vendendo um para o outro, além de organizar lutas sociais por direitos e políticas públicas.<sup>43</sup>

Há também uma série de serviços financeiros que costumam ser oferecidos pelos Bancos Comunitários:

Moeda social, crédito solidário, crédito para financiamento de empreendimentos solidários, crédito para consumo pessoal e familiar (sem juros), cartão de crédito popular solidário, abertura e extrato de conta corrente, depósito em conta corrente, saque avulso ou com cartão magnético, recebimento de títulos (água, luz, telefone, entre outros.), pagamento de subvenções e aposentadorias.<sup>44</sup>

Na sequência da apresentação das características, ações e produtos que os Bancos Comunitários costumam seguir, é importante apresentar o esquema onde é representado o ciclo da rede de “prosumadores” do Banco Palmas – nosso estudo de caso:

---

<sup>42</sup> Significa produtores-consumidores-ator social de transformação.

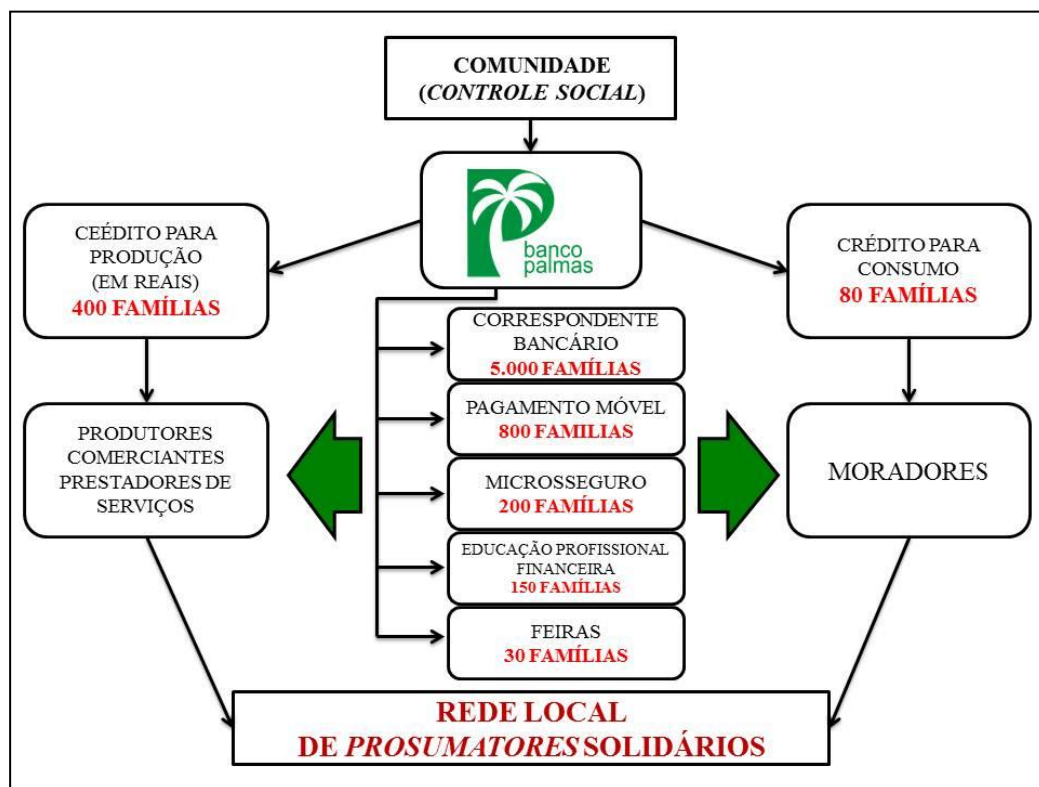
<sup>43</sup> IPDSS, (s.d.). *Banco Comunitário*. [online] Disponível em:

<<http://www.inovacaoparainclusao.com/o-que-e-um-banco-comunitario.html>> [Acedido em 19 de agosto de 2013]

<sup>44</sup> Segundo, N.M.J. Joaquim, s.d., *Bancos Comunitários*. [online] Disponível em: <

[http://xa.yimg.com/kq/groups/.../artigo\\_banco\\_palmas.doc](http://xa.yimg.com/kq/groups/.../artigo_banco_palmas.doc)> [Acedido em 25 de julho de 2013] s.p.

**Figura 3.1 - Ciclo da rede de "prosumatores" do Banco Palmas**



Fonte: IPDSS

Estes bancos, que vale ressaltar, não prometem a resolução dos problemas financeiros da comunidade onde são implantados, atuam de forma diferente do Microcrédito e das Comunidades Auto Financiadas. Uma vez que o ideal dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento é atuar exclusivamente para o Desenvolvimento Local da comunidade onde se insere, visando não só servir de banco (no sentido comercial), mas inclusive de “mediador” para divulgar atividades de formação acadêmica e profissional, apoiar o comércio local, motivar as pessoas daquela comunidade, entre outros. As experiências destes bancos apresentam-nos uma oportunidade de recuperar algumas comunidades que são excluídas devido a carências financeiras e culturais, como é o exemplo de certas comunidades agrícolas subdesenvolvidas.

Torna-se interessante distinguir as diferenças entre o microcrédito e o Banco Comunitário. Não se trata apenas da moeda local, os Bancos Comunitários reorganizam a economia local, através da criação de uma rede de produtores e consumidores, criando um circuito financeiro gerador de Desenvolvimento Local. E não só, estes bancos têm uma potencialidade de acreditar na capacidade dos cidadãos locais e oferece formações em diversas áreas, gerando

capacidade de pensar nas pessoas e estimulando assim o Desenvolvimento Local. (IPDSS, 2010)

**Quadro 3. 1 - Cooperativa de crédito x Banco Comunitário**

Cooperativa de crédito	Banco Comunitário
Sistema financeiro nacional, regulamentado pelo banco central	Não pertence a um sistema oficial
Propriedade dos associados	Não tem dono, é de toda a comunidade, gestão é realizada por uma organização comunitária.
Economia Solidária	Economia Solidária
Valores da autogestão, cooperação, solidariedade e democracia nas decisões	Valores da autogestão, cooperação, solidariedade e democracia nas decisões

Fonte: Adaptado IPDSS, 2010

Para Joaquim Melo há duas vertentes a considerar no microcrédito:

Ênfase no indivíduo ou ênfase no território. A ênfase no indivíduo tem um grande risco de fragmentação e dispersão, não sendo garantida a geração de desenvolvimento. Por sua vez, a ênfase no território permite requalificar a prática do microcrédito, possibilitando a organização do desenvolvimento na própria base comunitária. Encontra-se, no segundo caso, formas coletivas de consumo, comercialização e produção.<sup>45</sup>

### 3.2 Caracterização do Banco Palmas

A caracterização do Banco Palmas, que será apresentada neste ponto do Capítulo III, foi realizada na sua íntegra através de documentos do IPDSS que serão apresentados no final deste trabalho, através da bibliografia.

O Banco Palmas, foi o 1º Banco Comunitário do Brasil, criado por cinco membros da ASMOCONP - Associação de Moradores do Conjunto Palmeira. Este bairro foi, num passado próximo, uma grande favela que surgiu em 1973 (após a realocação da comunidade que habitava próximo do mar (aldeia de pescadores) e que devido à especulação imobiliária foi deslocada para o Conjunto Palmeira gerando assim um processo de gentrificação)<sup>46</sup>, onde

<sup>45</sup> Melo, Joaquim (2013). Folha de São Paulo. *O Papel dos Bancos Comunitários no Programa Federal Crescer*. [online] Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1240710-o-papel-dos-bancos-comunitarios-no-programa-federal-crescer.shtml> acessado em 24/04/2013> [Acedido em 09 de março de 2013].

<sup>46</sup> Wikipédia - Gentrificação é o processo de substituição de população de baixa renda por outra de maior renda. Elitização de área urbana decorrente de novos investimentos.

havia mutirões<sup>47</sup> que trabalhavam com a ideia de urbanizar o bairro, através da construção de canais de drenagem, pavimentação das ruas, redes de esgotos, construção de praças e creches comunitárias, entre outros. (IPDSS, 2010)

Em 1997, o trabalho de urbanização estava concluído. No entanto, a população percebeu que não havia como pagar os impostos relacionados com esta urbanização e começou então a vender as suas casas. Com a esperança de reverter esta situação, estes cinco membros da ASMOCONP, líderes da comunidade, sem curso superior em seus currículos, apenas com o ensino fundamental (3º ciclo) e algum conhecimento sobre a teologia da libertação, assim como sobre o cooperativismo de Paul Singer (em 1997 as ideias de Yunus eram pouco conhecidas no Brasil), criaram o projeto que iria gerar emprego e rendas para os moradores daquele bairro. Este projeto foi denominado como Banco Palmas, ideia completamente endógena, tornando assim viável a permanência daquela população no bairro. (IPDSS, 2010)

Foram realizadas 96 reuniões (IPDSS, 2010:7) com produtores, comerciantes e moradores, com a intenção de definir como seria implementado este projeto de geração de emprego e renda. Diante de várias reuniões realizadas pela ASMOCONP, desde a sua criação foram levantadas questões e aprendidas algumas lições que ajudaram na organização desta associação com vista a realizar a implementação do Banco Palmas. Por esta razão, vale mencionar os ensinamentos adquiridos à partir destes encontros:

- Não adianta urbanizar, melhorar as condições de moradia nas favelas, sem que a isto se junte uma alternativa de geração de renda;
- O primeiro passo para enfrentar o problema da geração de renda em um bairro popular não é investir na produção, é sim, organizar os consumidores;
- Tratando-se de acesso a crédito para os mais pobres, os vizinhos constituem-se em um verdadeiro e legítimo SPC social;
- Não se pode superar a pobreza sem correr riscos e sem ousadia;
- Somente a convivência cotidiana com as contradições geradas pelas situações de extrema exclusão é capaz de possibilitar conhecimento e sabedoria para se fazer, de forma eficaz, a mais desafiadora de todas as gestões: a gestão da pobreza;
- O microcrédito quando concedido isoladamente e dentro da lógica da economia capitalista, levando os pequenos produtores a concorrerem entre si para disputar o mercado, normalmente leva o tomador do crédito a uma situação pior do que estava antes;

---

<sup>47</sup> Conjunto de pessoas a trabalhar por uma mesma causa.

- Em um bairro popular, as economias domésticas estão voltadas prioritariamente para a compra de alimentos. Portanto, a produção local deve ser focada nesta área. Os produtos alimentícios circulam com maior facilidade e oxigenam a rede de solidariedade;
- Qualquer projeto de Desenvolvimento Local implantado em bairros pobres precisa ter presente a preocupação de como envolver as famílias que estão na linha da miséria. Normalmente, estas ficam marginalizadas por não ter as condições mínimas de participação cidadã. Muitas vezes, com nossos projetos, reproduzimos mais um ciclo de discriminação;
- É preciso divulgar amplamente tudo de bom que fazemos nas periferias para compensar um pouco a imagem negativa dos bairros pobres que está no senso comum. Ninguém conhece aquilo que não é mostrado. Nós somos os responsáveis pela imagem de nossos produtos;
- Não podemos mudar nossas ações para nos adaptarmos às regras e à legislação vigente. Isso seria negar os valores do Banco Palmas e sua missão institucional voltada para os mais pobres. São as leis que precisam adaptar-se às exigências da realidade brasileira;
- A inclusão social tem um custo que precisa ser garantido pelas políticas públicas. A associação de moradores deve participar, fazer sua parte, propor soluções, buscar parcerias e desenvolver seus projetos. Mas, jamais deixar de lutar por políticas públicas como instrumento indispensável para a superação da pobreza de forma sustentável.<sup>48</sup>

O ponto de partida para a criação do Banco Palmas era a pergunta constante “Porque nós somos pobres?”. Foi realizado um estudo de consumo e produção (perguntou-se às famílias o que elas consumiam, quantidade, marcas e locais). Este estudo resultou na altura num consumo mensal totalizado em R\$ 1.200.000,00 (vestuário, alimentação, higiene, limpeza e beleza). Este dinheiro era despendido fora do bairro, que perdia sua base monetária. Atualmente, a cada dois anos<sup>49</sup>, são elaborados mapas da produção e do consumo, que servem para orientar as ações de crédito do banco, evitar a concorrência de empreendedores no mesmo seguimento e estimular a organização de cadeias produtivas locais. (IPDSS, 2010)

É importante perceber que o banco não surgiu para inibir as lutas dos moradores ou esquecer o passado, pois ser um Banco Comunitário é mesmo “resgatar a história da comunidade, retificar suas lutas, dar seguimento a suas culturas, tradições e desenvolvimento”. (IPDSS,

---

<sup>48</sup> Segundo, N.M.J. Joaquim e Sandra Magalhães (2008), *Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza, Expressão Gráfica. pp. B16 – W16.

<sup>49</sup> No mapa do Consumo do Conjunto Palmeira, 2011, foi verificado um consumo total (alimentação, higiene pessoal e limpeza) de 8.000 famílias, em R\$ 67.815.663,36. Fonte: Instituto Palmas.

2010) Mas não podemos esquecer de inovar, criar estratégias de luta, prioridades e não ter medo da mudança.

Em 1997 os moradores do Conjunto Palmeira decidiram que o “objetivo para os próximos dez anos era o desenvolvimento económico do bairro”, e o Banco Palmas foi o projeto criado com o intuito de apoiar o desenvolvimento económico e social do Conjunto Palmeira. (IPDSS, 2010)

“O Banco Palmas foi inaugurado no dia 20 de janeiro de 1998, às 19:30, na sede da ASMOCONP” (IPDSS, 2010:9). Não tem dono e conseguiu concretizar-se após vários anos de luta e organização popular. Nos seis primeiros meses do Banco Palmas houve muitas incertezas, não havia recursos para pagar os custos mínimos ou fundos para o crédito, os comerciantes e produtores locais sentiam-se inseguros para aderirem ao projeto, e as instituições mantinham-se distantes. (IPDSS, 2010)

A equipa do banco, todos voluntários, colaboraram a 100% para conseguirem apoio para o projeto. Os primeiros a acreditar no projeto foram indivíduos internacionais e a PROFITEC – Fundação Municipal de Profissionalização, Geração de Emprego e Renda e Difusão Tecnológica da Câmara de Fortaleza, tendo financiado dois estagiários para trabalhar no banco e um curso de analista de crédito. Os primeiros recursos do Banco Palmas não foram suportados nem pelo estado nem pelo governo local, que deveriam ser os primeiros a acreditar no projeto. Quanto à Economia Solidária, esta era pouco conhecida no Brasil, em especial no nordeste brasileiro. Foram conseguidos R\$ 2.000,00 por uma ONG local – Cearah Periferia e em oito meses este empréstimo foi pago. (IPDSS, 2010)

Iniciou-se com o empréstimo de R\$ 500,00 distribuídos em 20 cartões de crédito do banco “Palmacard”<sup>50</sup> (R\$ 25,00 cada) para estimular o consumo local no Conjunto Palmeira, e os outros R\$ 1.500,00 foram emprestados a cinco produtores e comerciantes locais. Na sequência destes empréstimos o banco ficou sem qualquer centimo e após este período foram recebidas doações da cooperação internacional, tendo em 2005 assinado um contrato com o BPB – Banco Popular do Brasil. No início foi emprestado R\$ 50.000,00 através do PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. A relação do BPB com o Banco

---

<sup>50</sup> Continua a funcionar, porém com estímulo maior a troca por moedas palmas, pois a venda com “Palmacard” leva o comerciante a esperar pelo dinheiro por um período de 1 mês, enquanto a moeda circula imediatamente.



Palmas é complexa devido ao BPB ser um banco oficial e ter regras diferentes do Banco Palmas que é um banco com um sistema alternativo. Pensam diferente quando se fala em garantias, incumprimentos, risco, concessão de sigilo bancário, Desenvolvimento Local, entre outros. (IPDSS, 2010)

O BPB, integrado no BB - Banco do Brasil, disponibilizou uma carteira de crédito ao Instituto Palmas (R\$ 1,5 milhões em agosto de 2009) com juros de 1% ao mês, através do PNMPO. É daí que vem o funding para o Banco Palmas e todos os outros Bancos Comunitários do Brasil. Ainda contam com a ajuda do governo do estado do Ceará (FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza) e Sitawi<sup>51</sup> (ONG). Existe também uma parceria com empresas e OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (IPDSS, 2010)

O Instituto Palmas<sup>52</sup> é uma OSCIP, criado em 2003 pela ASMOCONP, tem 24 funcionários e 30 sócios (dados de 2010) e tem-se preocupado em formar técnicos para atuarem em todo o Brasil. Têm um novo projeto, a criação do centro Palmas de referência (espaço de capacitação e formação na metodologia de finanças solidárias voltado para os Bancos Comunitários). O Instituto serve para oferecer créditos e correspondentes bancários a outros Bancos Comunitários e ao próprio Banco Palmas, sendo também o gestor de redes do BPB. É o marco legal dos Bancos Comunitários, pois presta suporte legal a todos eles, enquanto OSCIP pode estabelecer contratos, convênios e parcerias com o poder público e bancos oficiais, captando recursos e tecnologias para os Bancos Comunitários. (IPDSS, 2010)

Há uma perspectiva interessante relativamente aos Bancos Comunitários. Apesar da crise atual os Bancos Comunitários estão em expansão e o modelo de consumo responsável é a principal razão para este sucesso. Tendo o Banco Palmas como exemplo, este avalia bem a capacidade de pagamento e se corresponsabiliza pelo sucesso das pessoas, além de promover um outro modelo de desenvolvimento socioeconómico. No caso dos bancos americanos, como exemplo, o modelo capitalista estimula o consumo alienado e sem limite levando a uma falta de capacidade futura de responsabilização desta forma económica. (IPDSS, 2010)

---

<sup>51</sup>A Sitawi é um fundo social que amplia o impacto de organizações e empresas comprometidas com causas sociais e ambientais, é feito através de empréstimos e consultoria, introduzindo uma nova forma de financiamento social no Brasil. É uma organização sem fins lucrativos, e seu fundo social é formado por doações (pessoas físicas e jurídicas) 100% destinadas para os empréstimos sociais.

<sup>52</sup> Tem como função fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas para ajudar a criar outros Bancos Comunitários no Brasil e em outros países, integrando-os em rede.

Sendo o Instituto Palmas gestor de rede do BPB, é possível ter um ponto de atendimento do BPB em todos os Bancos Comunitários, utilizando o *software* da tecnologia bancária do Banco do Brasil, facilitando o atendimento de mais pessoas e a expansão da rede de Bancos Comunitários.

Há quatro vantagens para o Instituto Palmas ser parceiro do BPB:

- Levar serviços bancários às comunidades excluídas do sistema bancário e financeiro (assentamentos, comunidade quilombolas, indígenas, pequenos distritos);
- Utilizar o gerenciador de dados do BB, realizando o acompanhamento das operações bancárias e de crédito dos Bancos Comunitários, corrigindo e evitando erros;
- Receber contas e outras ações bancárias que geram receitas e contribuem para a sustentabilidade dos Bancos Comunitários;
- Carteira de crédito (em 2010 de R\$ 1,5 milhões de reais). (IPDSS, 2010)

Para um Banco Comunitário se tornar sustentável financeiramente é necessário uma carteira de crédito de R\$300.000,00 e realizar 8.000 operações bancárias por mês, gerando uma receita média de R\$ 5.000 mensais. (IPDSS, 2010)

Vale salientar que esta atividade não é ilegal. No início das operações do Banco Palmas, o BC - Banco Central chegou a processá-lo, no entanto, atualmente, o BC é parceiro do Banco Palmas e apoia as moedas sociais. Em 18 de novembro de 2009 foi assinado um termo de parceria entre o BC e o Ministério do Trabalho (SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária) para criar um marco regulatório para o seguimento dos Bancos Comunitários e das moedas sociais. (IPDSS, 2010)

Em 2011, no lançamento do Programa Crescer (microcrédito produtivo no Brasil) pela presidente do Brasil Dilma Roussef, o governo brasileiro alterou o PNMPO, passando aos bancos públicos (BB, Caixa, BNB e Basa) a tarefa de dar escala ao microcrédito enquanto uma estratégia de inclusão produtiva. O Crescer tinha uma meta para conseguir 3,4 milhões de clientes até 2013 com uma taxa de juros de 8% a.a. e TAC – Taxa para Abertura de Crédito de 1%. No entanto especula-se que esta meta não foi atingida, tendo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários redigido uma carta ao Ministro da Fazenda onde “expõe o reconhecimento das instituições bancárias comerciais como possuidora de uma competência valiosa, sugerindo adicionalmente a parceria destas com as instituições de finanças solidárias (cooperativas de crédito, Bancos Comunitários, entre outros), que têm experiência (de mais de uma década) na

operação de microcrédito dentro de comunidades empobrecidas, no sentido de alcançarem juntos a meta estabelecida”.<sup>53</sup>

Para pensar o microcrédito como uma política de combate à pobreza e inclusão social dos pequenos empreendedores, é necessário conhecer em profundidade o que são os pequenos empreendimentos, quais suas características intrínsecas, como se organizam para produzir, que tecnologia adotam e por que o fazem.

Há a oportunidade de um combate real e efetivo à pobreza incorporando milhares de pessoas como produtoras e consumidoras e fortalecendo o mercado interno. Para isso é necessário apoiar a economia popular, promovendo quatro acessos que facilitam este processo: acesso à formação, à tecnologia, a mercados, ao crédito. (Dantas, 2010:289-290)

### 3.2.1 A moeda social no Conjunto Palmeira

O principal objetivo do Banco Comunitário é fazer a riqueza circular na própria comunidade, pois a moeda só é aceita naquele local. Se a população tiver reais nada garante que irão gastar esse dinheiro na comunidade. Desta forma um comerciante compra do outro, movimentando a moeda local, aumentando as possibilidades de trabalho, emprego e rendimento dentro da comunidade. A moeda social pode ser adquirida através de empréstimo, recebendo o ordenado e outros pagamentos em moeda social e trocando a moeda oficial pela social diretamente no Banco Comunitário. Esta riqueza é gerada porque a saída de dinheiro daquele território é evitada, criando uma poupança interna. A utilização da moeda social é estimulada através de descontos oferecidos pelos comerciantes locais, havendo também Câmaras Municipais que se tornaram parceiras, permitindo pagamentos e até efetuando pagamento de funcionários com a moeda social, fazendo com que a população procure adquirir a moeda local. (IPDSS, 2010)

1 Palma = 1 Real

A quantidade de palmas a circular significa uma quantidade de reais que existem guardados.

---

<sup>53</sup> Melo, Joaquim (2013). Folha de São Paulo. *O Papel dos Bancos Comunitários no Programa Federal Crescer*. [online] Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1240710-o-papel-dos-bancos-comunitarios-no-programa-federal-crescer.shtml> <acedido em 24/04/2013> [Acedido em 09 de março de 2013].

**Figura 3. 2 - Modelo Moeda Social Palmas**



Fonte: IPDSS

O Banco Palmas tem um seguro do BPB, que cobre até R\$ 6.000,00, sendo o restante da responsabilidade do Banco Comunitário. As moedas são produzidas numa gráfica de segurança em Fortaleza. As falsificações não são fáceis devido a cinco elementos de segurança existentes na moeda havendo assim uma pequena probabilidade de alguém tentar falsificar dentro do seu próprio bairro. (IPDSS, 2010)

No ano de 2010 havia 240 empreendimentos (produção, comércio e serviço), hoje são 260 empreendimentos<sup>54</sup> a aceitar a moeda social palmas e a facultar descontos entre 5% a 15% para o seu uso. No início os comerciantes tiveram receio de que a moeda não tivesse o êxito esperado. Se isso ocorresse poderiam vir a ter prejuízos e ficou então decidido que a moeda seria colocada no mercado local gradualmente e o número de estabelecimentos aderentes foi sendo expandido aos poucos. (IPDSS, 2010)

O comerciante ao aceitar a moeda local acredita que está a gerar riqueza local e fideliza o cliente quando lhe faculta os descontos em palmas. Sabem que quanto mais aceitarem a moeda, mais as pessoas se interessam, gerando assim um consequente aumento do volume de compras no comércio do bairro. Relativamente à venda para fora do bairro, a mesma deverá ser estimulada e é importante “exportar”, uma vez que a ideia é aumentar a riqueza local. O que deverá ser reduzido são as “importações”. Só deverão ser realizadas compras fora do

---

<sup>54</sup> Instituto Palmas (2013), Boletim de Atividades janeiro-abril 2013. [online] Disponível em: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim\\_janeiro\\_-\\_abril\\_2013\\_opo\\_2.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim_janeiro_-_abril_2013_opo_2.pdf)>. [Acedido em 09 de agosto de 2013].

bairro de produtos não comercializados ou industrializados localmente. Por esta razão é necessário o mercado “externo” e a moeda nacional e a relação entre o palmas e o real fortalece a rede de Economia Solidária da comunidade. É importante ressaltar que estes comerciantes realizam a tributação e recolha de impostos como se todas as transações que realizam fossem em reais. (IPDSS, 2010)

Para aumentar a circulação da moeda social no Conjunto Palmeira é importante acompanhar as sugestões que se seguem:

- Campanha educativa que ajude na formação da consciência crítica dos moradores, fazendo entender a importância da moeda social para o desenvolvimento do bairro;
- Cursos sobre educação financeira, onde a população possa entender os seus ganhos ao utilizar a moeda social, ressaltando os descontos oferecidos por ela;
- Convencer a Câmara Municipal de que ela pode contribuir para o desenvolvimento econômico do bairro, realizando parte dos pagamentos públicos em moeda social. (IPDSS, 2010)

Apenas os empreendimentos registrados podem trocar palmas por reais. Um morador do bairro é considerado um consumidor e não poderá realizar esta troca. Um habitante da comunidade poderá ter acesso à moeda de três formas:

- Solicitando um empréstimo ao Banco Palmas com juros entre 1% a 3%, abrindo uma conta no BPB, sem nenhum custo de manutenção e o empréstimo é devolvido a partir desta conta, podendo assim acompanhar o sistema de crédito. Os juros sempre são abaixo dos praticados no mercado e de forma evolutiva. Quanto maior o empréstimo, maiores os juros, facilitando assim a distribuição de riquezas;
- Recebendo salários ou outros pagamentos em palmas;
- Trocando reais por palmas diretamente na sede do Banco Palmas (troca isenta de taxas). (IPDSS, 2010)

### **3.2.2 O funcionamento do Banco Palmas no Conjunto Palmeira**

“O Banco Palmas é um programa de Desenvolvimento Local que vai muito além do simples ato de concessão do microcrédito. Tem início com a capacitação e empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. Integra em um mesmo cenário instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo, na perspectiva de remontar localmente as

cadeias produtivas, gerando trabalho e renda para os moradores”. (Segundo e Magalhães, 2008:18)

“O objetivo principal do Banco Palmas é proporcionar o Desenvolvimento Local e solidário do Conjunto Palmeira, a baixo custo e de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores” (Segundo e Magalhães, 2008:18). O Banco Palmas aderiu à ideia do FIB – Felicidade Interna Bruta, indicador de desenvolvimento social criado no Butão em 1972. Além de medir os aspetos económicos, mede a vida comunitária, utilização do tempo, acesso à escola, lazer, felicidade e outros aspetos da vida humana. Foi a primeira experiência de FIB no nordeste brasileiro. (IPDSS, 2010)

Há quatro “produtos” inovadores no modelo do Banco Palmas:

- Crédito para a produção;
- Crédito para o consumo (moeda social);
- Correspondente bancário;
- Forte controlo social sobre as atividades do banco. (IPDSS, 2010)

A adesão da comunidade ao projeto partiu de um trabalho realizado com os moradores no sentido de resgatar a cultura do bairro, apresentando a memória, a luta para construção do bairro e as conquistas da comunidade. No seguimento desta atividade as pessoas criaram identidade com o bairro. Na criação do Banco Palmas foram mostrados vários elementos que permitiram à comunidade reavivar esta memória, demonstrando de que forma o banco poderia contribuir para o Desenvolvimento Local daquele bairro. (IPDSS, 2010)

O processo de solidariedade é muito lentamente incutido na cabeça das pessoas. Contudo, há instrumentos que facilitam este processo (vídeos, fotonovelas, cartilhas, cordéis, programas de rádio e jornais – distribuídos mensalmente para a população). Para conquistar a confiança da comunidade é importante utilizar meios de comunicação que sejam familiares para eles, modelo utilizado nas práticas de intervenção social, como por exemplo, no estado do Ceará, no caso do Banco Palmas, foi utilizado cordéis (poemas populares). (IPDSS, 2010)

Nem todas as pessoas acreditam no Banco Palmas. O Conjunto Palmeira tem 36.000 habitantes<sup>55</sup>, pessoas de vários lugares e alguns deles acreditam que o projeto é uma “enganação”. No entanto a grande maioria acredita, valoriza e apoia esta iniciativa. É fundamental, principalmente no início da implementação do projeto, ter o que oferecer à população, uma boa gestão e cumprir com o que foi prometido. (IPDSS, 2010)

Relativamente à gestão, esta é realizada de forma simples, pela própria comunidade através da associação de moradores, com uma equipa de seis pessoas trabalhando diretamente no banco e realizando a coordenação do mesmo (dados de 2010). Foi criado um conjunto de ferramentas (folhas de cálculo, formulários, fichas e controlos) para facilitar o processo de gestão do banco. Dos funcionários do Banco Palmas 95% são moradores (dados de 2010) e isso facilita a relação com o restante da comunidade. Esta aproximação traz uma clara vantagem que se prende ao facto de esta equipa conhecer a cultura, a história daquele local assim como dos moradores daquele bairro. Além de economizar com transportes e alimentação, há uma dedicação maior destas pessoas e elas estão 100% voltadas para o projeto - este foi um dos principais motivos de sucesso do Banco Palmas. (IPDSS, 2010)

O Banco Palmas tem uma política de apoio à formação profissional<sup>56</sup> e pré-vestibular<sup>57</sup> aos moradores da comunidade (dados de 2010), e a equipa que trabalha no banco também participa nesta formação. É importante capacitar a comunidade para dar sustentabilidade ao projeto a longo prazo. Em 2010, 80% dos funcionários do Banco Palmas tinham frequentado esta formação. (IPDSS, 2010)

Vale ressaltar que a expansão que aconteceu nos Bancos Comunitários desde 1998 até aqui não poderá influir negativamente na metodologia destes. Não pode ocorrer perda de princípios, valores e a comunidade tem que ser sempre ativa/participativa e o controlo do banco tem que ser totalmente social. (IPDSS, 2010)

---

<sup>55</sup> Melo, Joaquim (2013). Revista Ideias em Gestão, nº 11. *Entrevista João Joaquim de Melo Neto Segundo*. [online] Disponível em < <http://www.aiec.br/revista/edicoes/mobiles/marco-2013.pdf>> [Acedido em 09 de novembro de 2013].

<sup>56</sup> Consultores comunitários – 600 horas/aula, teóricas e práticas no campo da economia e finanças solidárias, com políticas e ferramentas do Banco Palmas.

<sup>57</sup> Cursos preparatórios para ingressar na universidade.

Foi criada uma rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeira. Desta rede fazem parte:

- Consumidores
- Comerciantes
- Produtores
- Prestadores de serviços
- Organizações comunitárias

O Banco Palmas facilita a conexão entre estes atores através da rede local de “prosumidores”.<sup>58</sup> Nesta rede de articulação de todos os Bancos Comunitários, há uma troca de conhecimentos, experiência e apoio, que no futuro poderá ser uma rede de negócios a produzir e comercializar em conjunto. (IPDSS, 2010). Em 2010 a rede era constituída por 51 bancos. Hoje, como mencionado anteriormente, são 103 bancos implementados em vários estados brasileiros.

A maior concorrência para os pequenos empreendedores que procuram o Banco Palmas para solicitar empréstimos são as grandes indústrias. É difícil competir em termos de produção em larga escala e ao nível tecnológico. A produção a larga escala torna os produtos dos concorrentes mais baratos e os comerciantes locais optam por estes produtos. Os produtores produzem de forma artesanal e isso diminui o poder de concorrência desta indústria local. Em termos de comércio e serviços esta concorrência é bem menor, tendo estes mais sucesso, uma vez que nas indústrias com os baixos investimentos em tecnologia fica difícil concorrer com as grandes empresas. (IPDSS, 2010)

Porém, os Bancos Comunitários não têm intenção de criar economia fechada, até por que dentro de uma comunidade de 60.000 mil habitantes seria impossível, como foi citado acima.

Muitas destas comunidades não são auto-sustentadas na área da indústria, sendo desafios do Banco Palmas:

- Levar tecnologia e inovação para os empreendimentos (produção, comércio e serviços);
- Amplo projeto com foco ambiental e componente de geração de renda, aproveitando as potencialidade do Conjunto Palmeira;
- Reorganizar o centro de documentação e memória;

---

<sup>58</sup> Ver definição p. 33 do presente material.



- Criar um centro de referência de finanças solidárias que em médio prazo se transforme numa universidade popular com o apoio do Instituto Palmas;
- Incentivar a cultura da solidariedade e da valorização dos produtos locais;
- Fomentar o acesso a tecnologia das empresas financiadas pelo banco, em especial as indústrias;
- Obtenção da carteira de crédito a baixo juros para atender a população de baixa renda;
- Profissionalização da equipa em termos de gestão;
- Fomentar políticas públicas específicas, através de parcerias, de forma a estimular o apoio do governo.(IPDSS, 2010)

O Banco Palmas ajuda na comercialização dos produtos do bairro, organizando uma feira mensal e uma loja solidária que comercializa os produtos feitos localmente. Ainda são apoiados os empreendedores locais para participarem nas feiras de Economia Solidária no Ceará e em outros estados. (IPDSS, 2010)

É defendido que o Banco Palmas constitui-se em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local<sup>59</sup>:

- Produção sustentável – microcrédito para produção
- Capital solidário – moeda social palmas
- Consumo local – campanha “compre no bairro, é mais emprego”
- Comércio justo – loja solidária, central palmas de comercialização (Júnior, 2008:14-15)

É através deste modelo original e coerente que o Banco Palmas vem replicando a sua experiência, inclusive ao nível internacional, permitindo no Conjunto Palmeira a ampliação de oportunidades de emprego e renda e a redução da exclusão social. No entanto, é importante um maior apoio na divulgação destes empreendimentos. Do ponto de vista da autora ainda há um profundo desconhecimento relativamente ao tema dos Bancos Comunitários, sendo perceptível que apenas algumas pessoas ligadas à área do desenvolvimento social têm conhecimento e exploram a matéria em causa.

Quanto à questão sobre o contributo do Banco Palmas para o desenvolvimento do Conjunto Palmeira, podemos realizar uma breve recapitulação e iremos identificar de imediato que a

---

<sup>59</sup> Júnior, S.T, Jeová (2008). *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Artes Visuais. pp. 14-15.

possibilidade de implementação do Banco Palmas surgiu da ASMOCOP, que por sua vez iniciou as mudanças dos problemas estruturais existentes no Conjunto Palmeira naquela época. Resume-se assim a importância do empoderamento da comunidade do Conjunto Palmeira para o seu desenvolvimento, mais do que propriamente a implementação do Banco Palmas. No entanto, sem a organização e o apoio do Banco Palmas, através do crescimento do comércio, qualificação profissional, aumento de renda e valorização da educação e da cultura, talvez aquela comunidade não teria tido condições de continuar, até hoje, 15 anos depois, a construir e realizar sonhos.

“O que está em curso no Conjunto Palmeira é uma extraordinária tecnologia social de enfrentamento à pobreza, a baixo custo, gerando cidadania e Desenvolvimento Local integrado e sustentável”. (Segundo e Magalhães, 2008:Q16)

### **3.2.3 Metodologia do Banco Palmas**

Para criar um Banco Comunitário é preciso primeiramente ter uma população local de até 60.000<sup>60</sup> habitantes. Para a aplicação de uma metodologia de controlo social apropriada, e para estimular a participação da população local, é necessária a disponibilidade de algumas pessoas da comunidade capacitadas para integrar um processo de formação bastante rigoroso. Também pode haver pessoas de fora a atuar nestes bancos, mas na maior parte dos casos convém que sejam pessoas do próprio bairro, uma vez que as mesmas conhecem o território, as pessoas, a cultura, a história. Outra vantagem é a economia com despesas de deslocação, alimentação e em relação aos salários que são menos exigentes. (IPDSS, 2010)

O que é necessário para implementar um Banco Comunitário ?

- Organização comunitária com condições para administrar o banco;
- Sala com computador e internet;
- 2 funcionários;
- Recursos financeiros para lastro inicial (R\$ 3.000,00)
- Recursos de crédito produtivo (R\$ 30.000,00)

---

<sup>60</sup> Melo, Joaquim (2013). Revista Ideias em Gestão, nº 11. *Entrevista João Joaquim de Melo Neto Segundo*. [online] Disponível em <<http://www.aiec.br/revista/edicoes/mobiles/marco-2013.pdf>> [Acedido em 09 de novembro de 2013].

Há que se pensar também no logótipo do banco, sabemos como é importante criar imagens que sejam adequadas àquela comunidade (esta ideia é bastante utilizada na intervenção social), como também no nome que será dado à moeda social, uma vez que as pessoas precisam de acreditar naquele “produto”. (IPDSS, 2010)

**Figura 3. 3 - Logótipo Banco Palmas**



Fonte: IPDSS

Após a confirmação de que se tem os recursos necessários e a marca definida, é de extrema importância seguir as quatro etapas na implementação dos Bancos Comunitários.

**Quadro 3. 2 - Fases Implementação do Banco Comunitário**

Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Sensibilização da comunidade através de workshops	Capacitação da equipa local	Implantação do Banco (deve acontecer até o 3º mês depois da Fase 1)	Consolidação (normalmente em um período de 6 meses)

Fonte: Adaptado IPDSS, 2010

Em seguida o Banco Comunitário recebe um selo de certificação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que articula todos os Bancos Comunitários do Brasil. Estes Bancos têm o dever de apresentar contas anualmente no Encontro Nacional da Rede.

Após a implementação dos bancos, irão surgir os clientes. Por esta razão apresenta-se os passos para tomar crédito:

- Tomador apresenta proposta e faz solicitação;
- Agente de crédito vai até a moradia ou empreendimento e preenche uma ficha para análise de crédito;
- Agente de crédito conversa com os vizinhos;

- CAC – Comitê de Aprovação de Crédito analisa a proposta com base na ficha para análise e mapa de produção e consumo local;
- Tomador recebe uma resposta;
- Em caso positivo, assina um contrato com o banco e recebe os recursos. (IPDSS, 2010)

Os nomes dos tomadores de crédito são divulgados, havendo uma maior transparência no sentido do coletivo saber quem está a tomar empréstimo, ajudando assim a prevenir possíveis fraudes e reduzir o incumprimento. A própria comunidade dá o aval dos empréstimos (nos casos de empréstimos individuais). Este processo é denominado aval de vizinhança, assumindo assim a responsabilidade ética sobre aquele tomador de crédito. (IPDSS, 2010)

Normalmente, entre 1% a 3% de incumpridores permanecem em dívida por mais de 90 dias. Apesar de tudo, esta percentagem pode ser considerada baixa, tendo em conta o público envolvido nestes processos. De que qualquer forma o incumprimento deve ser combatida e controlada. Cada caso é diferente e deve ser tratado de forma solidária. Tendo em conta que o banco age de forma local e os próprios gestores do banco são parte da comunidade, estes analisam o caso e tentam perceber se a pessoa está a dever por necessidade, por realmente não poder pagar, ou se está a agir de “má-fé” com o banco. No segundo caso é divulgado localmente o nome da pessoa em dívida. Embora esta divulgação seja ilegal de acordo com a legislação brasileira, quando a pessoa faz um empréstimo no Banco Palmas é informada através do contrato assinado que o mesmo trabalha com regras de controlo social, e caso haja incumprimento o nome da pessoa é negativado no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito - e a situação é protestada em notário.<sup>61</sup> (IPDSS, 2010)

Em caso de incumprimento os passos a seguir são: um dia após o vencimento da parcela de crédito o analista visita o tomador de crédito no sentido de lembrá-lo de seu compromisso com o banco; passados 15 dias o tomador recebe uma carta de cobrança; passado um mês o analista comunica aos vizinhos a situação de incumprimento e a indisponibilidade da pessoa para resolver o problema; em seguida vai ao FECOL – Fórum Socioeconómico Local; por último o nome é negativado no SPC e a dívida é protestada em cartório. Todas estas medidas são tomadas quando a pessoa realmente não demonstra interesse em resolver a situação com o banco. (IPDSS, 2010)

---

<sup>61</sup> O notário de protesto é aquele que formaliza, através da lei, o não pagamento de dívidas contraídas. É este notário que dá condições de se executar judicialmente pessoa ou empresa a fim de receber pagamentos devidos.

A população participa no Banco Palmas através do FECOL, que se reúne todas as quartas-feiras às 19:30 (dados, 2010), onde participam, produtores, comerciantes, prestadores de serviço, representantes de organizações comunitárias (culturais, esportivas, religiosas), instituições públicas (escolas, postos de saúde e outros), consumidores e demais interessados. Neste fórum são discutidas todas as questões econômicas e sociais do Conjunto Palmeira e também a controladoria social do Banco Palmas. Ainda participam nas reuniões dos feirantes, fórum da cultura e nas assembleias das associações de moradores. (IPDSS, 2010)

Em 2008, no aniversário de 10 anos do Banco Palmas, foi lançado um estudo sobre a avaliação de impactos e de imagem daquele banco na comunidade do Conjunto Palmeira, este estudo foi realizado pela Universidade Federal do Ceará junto à comunidade do Conjunto Palmeira. Foram apresentados dados interessantes que mostram o sucesso do Banco Palmas e a razão do aumento, em média, de 6,86 Bancos Comunitários por ano de norte a sul do Brasil.

Foram aplicados questionários num universo de 2.649 pessoas (2013 aproximadamente 10% da população do Conjunto Palmeira) no sentido de avaliar o impacto desejado pelo estudo, tendo 98,02% destes entrevistados concordado que o Banco Palmas tem ajudado no desenvolvimento do Conjunto Palmeira, e 90% declarou que contribui para a melhoria da sua qualidade de vida. (Júnior, 2008:72)

### **3.2.4 Estado-da-arte do Banco Palmas**

Após 12 anos de implementação, em 2010, as atividades financeiras e bancárias do Banco Palmas chegaram a movimentar 10 milhões de reais por ano e beneficiava 1.800 famílias. O banco se desenvolveu, sua gestão ficou complexa e chegou o momento de criar o seu próprio CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. No entanto continuaria a contar com o apoio da ASMOCOMP e ajudar nas lutas do bairro do Conjunto Palmeira. Em 2010 existiam no Brasil 51 Bancos Comunitários, em 11 estados. Hoje, 2013, são 103 Bancos Comunitários, em 19 estados brasileiros. (IPDSS, 2010)

No dia 20 de janeiro de 2013 o Banco Palmas fez 15 anos, que foram alcançados devido à vontade da comunidade de que o projeto desse certo. Para o Conjunto Palmeira esta foi a verdadeira sustentabilidade. Tendo durante estes anos contribuído para a melhoria da qualidade de vida de muitas famílias pobres, continuado a acreditar na economia e finanças solidárias e na disseminação do Banco Comunitário por todo o Brasil. Hoje o Banco Palmas já atua em

algumas comunidades envolvidas do Conjunto Palmeira, sendo algumas delas, Conjunto Palmeira II, Planalto Palmeira, Sítio São João, São Cristóvão, Maria Tomásia, Santa Filomena, Ancuri, Castelão, Barroso, Caucaia, Ismael Silva, José Walter, Ocupação da Mana, Patativa do Assaré, Jagatá, Santa Maria e Tamandaré. Os resultados alcançados pelo Banco Palmas não seriam possíveis sem a parceria de várias instituições (financeiras, universidades, empresas, poder público, cooperantes internacionais e intelectuais), tendo a parceria com o BPB sido um marco importante para a atuação do Banco Palmas.<sup>62</sup>

**Figura 3. 4 - Rede de Bancos Comunitários do Brasil**



Fonte: IPDSS

O Banco Palmas tem como missão contribuir para a superação da pobreza urbana e rural, desenvolvendo produtos e serviços financeiros solidários, sob controle das comunidades, que assegure o desenvolvimento sustentável de territórios de baixa renda. No que se refere a visão, beneficia um milhão de brasileiros em territórios excluídos por meio de produtos financeiros solidários, através de uma rede de Bancos Comunitários apoiados pelo governo e sociedade civil. (RAP, 2012:5)

Em setembro de 2013 já havia um dado que confirmava a circulação de 60 mil palmas no Conjunto Palmeira, sendo 93% do consumo realizado dentro da comunidade onde está inserido o Banco Palmas. Este dado estimula o desenvolvimento endógeno daquela

<sup>62</sup> Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, 2013, p. 17.

localidade, movimentando R\$ 2,5 milhões em transações bancárias por mês com uma carteira de crédito de R\$ 3 milhões.<sup>63</sup>

Em 2013 foi criada a moeda social palminhas com o objetivo de estimular as crianças entre os 5 e 8 anos de idade para a prática da Economia Solidária com a valorização do consumo local, onde a primeira abordagem abrangeu 1.000 crianças. Esta animação ocorreu através de uma peça de teatro, músicas e oficinas, além de uma feirinha solidária onde as crianças puderam adquirir produtos educativos. A moeda palminhas é aceite em 240 empreendimentos do Conjunto Palmeira.<sup>64</sup>

Em notícia recente, 30 de setembro de 2013, no portal do jornal correio brasileiro foi divulgado que mais de um terço da população brasileira acima dos 16 anos de idade não possui conta bancária nem acesso a empréstimos e a poupança. A maior parte das pessoas, a quem eles chamaram de “sem banco”, são provenientes de baixa renda, pouca escolaridade e vivem em regiões menos desenvolvidas. Ainda aponta para o que esta exclusão provoca na economia, sendo nítida a multidão que fica de fora do sistema.<sup>65</sup>

No seguimento da informação referenciada anteriormente, torna-se cada vez mais importante a implementação de projetos alternativos, como o Banco Palmas, em comunidades carentes com o ideal de possibilitar o acesso a produtos e serviços a que estas comunidades estão restringidas. Por isso, em 29 de agosto de 2013 o Instituto Palmas foi vencedor do prêmio ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pela AICESIS<sup>66</sup> - Associação Internacional de Conselhos Económicos e Social e Instituições Similares, onde foi reconhecida a promoção de oportunidade de emprego produtivo e trabalho decente que beneficiaram dezenas de milhares de pessoas comuns, especialmente os grupos vulneráveis.

Joaquim Melo defende o projeto do Instituto Palmas com as seguintes palavras: “mobilizar pessoas, fortalecer o poder e a governança local, organizar comunidades para se tornarem

---

<sup>63</sup> Informação disponível no portal [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br).

<sup>64</sup> Informação disponível no portal [www.inovacaoparainclusao.com](http://www.inovacaoparainclusao.com).

<sup>65</sup> Informação disponível no portal [www.correiobrasileiro.com.br](http://www.correiobrasileiro.com.br).

<sup>66</sup> AICESIS – International Association of Economic and Social Councils and Similar Institutions. Tradução: responsabilidade própria

protagonistas de sua própria história e proprietárias de suas próprias empresas na lógica da Economia Solidária, é para nós um valor imprescindível”.<sup>67</sup>

De acordo com o relatório anual do ano 2012 do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, foram atendidas 15.435 pessoas naquele ano, assim como foram criados mais 3 novos produtos (festivais de culinária, formações para gestores públicos e o laboratório de inovação e pesquisa em finanças solidárias) e R\$3.660.991,97 emprestados. Vale referir que o PalmasLab é um sonho antigo que em 2012 foi tornado realidade. (RAP, 2012:3)

Em 2012, dois jovens do Conjunto Palmeira foram para a Europa ajudar na criação de uma experiência da Economia Solidária em Oberhausen, na Alemanha.

Apresenta-se abaixo um quadro-síntese da estratégia do Banco Comunitário de desenvolvimento publicado no livro “15 anos de Banco Palmas”, que serve para facilitar a análise, assim como a implementação dos projetos dos Bancos Comunitários.

---

<sup>67</sup> Melo, Joaquim, 2012, *Relatório Anual 2012*, p.3.



Figura 3.5 - *Quadro-Síntese da Estratégia do Banco Comunitário*



Fonte: Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, 2013:121

Atualmente são articuladas ações na comunidade do Conjunto Palmeira. Sendo elas: (BP, 15 anos, 2013:129-131)

### **Serviços Financeiros e Bancários**

- Correspondentes Bancários e Caixa Eletrônico CEF e BB
- Palmas Microseguros
- Moeda Social
- Crédito Produtivo
- Crédito de Consumo em Moeda Social
- Pagamento por Celular

### **Linhas de Crédito**

- Casa produtiva - até R\$450,00
- Bolsa família - entre R\$50,00 a R\$150,00
- Economia popular e solidária - até R\$500,00
- Revendedores - até R\$450,00
- Empresarial - entre R\$2.500,00 a R\$15.000,00

### **Empreendimento da Rede de Economia Solidária do Conjunto Palmeira**

- Palmatur
- Palma Fashion
- Companhia Bate Palmas
- Loja Solidária
- Curso de Consultores Comunitários
- Bairro Escola de Trabalho
- Projeto 1000 jovens 10 ideias
- Projeto Elas
- Festival de Culinária Cearense
- Fórum Socioeconomico Local

Conclui-se este estudo de caso com as palavras do filósofo e sociólogo Edgar Morin, que traduziu em três parágrafos a sensação que a autora desta dissertação teve durante toda a análise do Banco Palmas. Sendo importante refletir sobre a baixa utilização da prática da Economia Solidária nos dias atuais (tempos de crise), e da insistência por parte dos poderes públicos em não implementar mais políticas com base na Economia Solidária. (Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando)

“ Com estas poucas palavras, desejo transmitir a todos os moradores do Conjunto Palmeira a prova do meu apreço e admiração pelo trabalho realizado. Conseguiram transformar uma favela de espoliados e expulsos de uma beira-mar destinada à especulação imobiliária em uma verdadeira comunidade que dispõe do seu próprio banco, pratica microcrédito e tem sua moeda local: uma comunidade vibrando com vitalidade econômica e vitalidade espiritual.

O Conjunto Palmeira é um exemplo não somente para o Brasil e para a América Latina, mas para todas as partes do mundo onde existe rejeição dos pobres, nova miséria. Ele demonstra que mulheres e homens de boa vontade, movidos por uma fé humanista, podem fomentar uma criação coletiva permanente.

O exemplo do Conjunto Palmeira prova que existe um caminho para eliminar a pobreza urbana, para formar cidades de um novo tipo, eliminando vícios, poluições físicas e mentais do urbanismo contemporâneo”.

Edgar Morin  
Filósofo e Sociólogo



## **Capítulo IV – Análise do estudo de caso à luz dos conceitos e técnica**

Este capítulo destina-se a realizar uma análise do estudo de caso à luz dos conceitos abordados – Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Comunitário e Economia Solidária, com o intuito de relacionar o Banco Palmas como um projeto de Desenvolvimento Local, que utiliza técnicas do Desenvolvimento Comunitário e é um empreendimento de Economia Solidária.

### **Desenvolvimento Local**

“O Banco Palmas representa um projeto de Desenvolvimento Local a partir da organização comunitária que articula simultaneamente produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade, tendo em vista dinamizar a economia local e fortalecer a relação de vizinhança entre os moradores”. (Segundo e Magalhães, 2003:18 citado em Júnior, 2008:23)

No que concerne ao enquadramento teórico apresentado no Capítulo I, pode-se concluir que o Banco Palmas é um projeto que tem raízes de Desenvolvimento Local. O principal fundamento que contribui para esta verificação é a luta daquela população por melhores condições de vida. Devido à realocação desta comunidade de pescadores no início dos anos 70 para um local sem infraestrutura (água, saneamento, pavimentação), estes indivíduos sentiram-se humilhados mas não desistiram de lutar por condições básicas de vida. A partir deste momento revela-se o empoderamento daquela comunidade, fator de extrema relevância para o sucesso de projetos de Desenvolvimento Local e Economia Solidária.

O empoderamento dos cidadãos é crucial para desenvolver e lutar por políticas sociais mais justas e inclusivas (Amaro, 1998:28-29). Franco defende que sem este poder não há desenvolvimento individual ou coletivo. (Franco, 2004:7)

A criação da ASMOCONP mostra-se um elemento básico do conceito do Desenvolvimento Local, como defendido por Amaro (1998:28-29) – “processo de mudança centrado numa comunidade que tenha problemas a ser resolvidos”. A associação de moradores percebe que, apesar da mudança que conseguiram realizar em termos de infraestrutura, há pessoas a sair do bairro por que não têm dinheiro para pagar as despesas que aquela infraestrutura acarretou. É a partir de uma ideia endógena de uma das moradoras do bairro que questiona o porquê de não utilizarem um cartão de crédito para comprar bens e serviços no próprio bairro, que surge a ideia da criação do Banco Palmas. Uma vez que a comunidade não tem dinheiro, os

moradores tiveram que encontrar o apoio exógeno necessário para responder àquela insuficiência através da busca de parcerias. Apesar de no início o apoio conseguido (R\$2.000,00) ter alcançado apenas alguns membros da população (mais especificamente 25 moradores contemplados com aquele empréstimo), o projeto disseminou-se rapidamente por todo o Conjunto Palmeira.

Na visão de Franco (2003:167) todo o desenvolvimento é local. Por esta razão, afirma-se que o desenvolvimento do Conjunto Palmeira foi realizado primeiramente através da ASMOCOP e de seguida com a criação do Banco Palmas. Foi um projeto criado com bases do conceito de Desenvolvimento Local. Naquela época as pessoas da associação não tinham conhecimento sobre as teorias conceituais, mas, no entanto acabaram por se envolver num projeto de Desenvolvimento Local. É fundamental, em situações como a da comunidade do Conjunto Palmeira manter a identidade local da população, que poderá por vezes ficar perdida, sendo esse um dos projetos do Conjunto Palmeira – Companhia Bate Palmas, que estimula a permanência das raízes culturais daqueles indivíduos.

O projeto do Banco Palmas, por não ser apenas mais um projeto na área do microcrédito e sim um suporte no âmbito da educação, participação, democracia, entre outros, para a comunidade do Conjunto Palmeira acompanha a visão de Buarque (2001:17) no que concerne ao Desenvolvimento Local. É claramente um processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida daquele bairro, com recursos endógenos, assumindo assim o protagonismo principal nesse processo.

O Desenvolvimento Local, segundo Henriques (2006:126), tem o objetivo de prevenir situações de pobreza e integrar economicamente as famílias mais pobres. Neste âmbito, o Banco Palmas tem sido um sucesso. Este facto é verificável tendo em consideração o número de Bancos Comunitários que abriram no Brasil (atualmente são 103).

De acordo com o exposto anteriormente, o Conjunto Palmeira foi criado pelo desejo coletivo dos indivíduos que habitavam aquele local, com o intuito de beneficiar e proporcionar melhores condições de vida para aquela comunidade.

No que se relaciona com os problemas práticos do Desenvolvimento Local mencionados no Capítulo I (Franco, 2011:1-7), o Banco Palmas tem reagido bem quanto aos dirigentes, tendo um líder que o representa, João Joaquim de Melo Neto Segundo, e a comunidade do Conjunto Palmeira como donos de todas as ações e decisões do empreendimento. Quanto ao trabalho no

balcão do banco, este é executado por moradores do bairro que são capacitados pelo próprio Banco Palmas.

Franco apresenta algumas soluções que poderão reinventar o Desenvolvimento Local. Algumas delas são: auto-organização comunitária, estimulando uma nova dinâmica de inovação social; utilização de métodos qualitativos; incentivar empreendedorismo individual e coletivo; realização de atividades comuns compartilhadas; desestimular os controles de desempenho; aplicação de projetos por agentes da própria localidade; conexão e interação das comunidades e projeto visto pela comunidade com respeito e responsabilidade. (Franco, 2011:1-7)

Partindo do princípio teórico referenciado acima, podemos dizer que na prática o Banco Palmas é um projeto de inovação social.

Verifica-se a utilização da metodologia DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, no Banco Palmas através dos pontos que seguem (Franco, 2004:13-14):

- O Banco Palmas, através do Instituto Palmas, realiza um diagnóstico de consumo na comunidade do Conjunto Palmeira a cada dois anos, com o intuito de verificar o consumo daquela comunidade;
- É feito um plano de desenvolvimento onde se encontram os empreendimentos que precisam de incentivo para investimento, de forma a melhorar os negócios do bairro;
- Decisão de agenda de ações prioritárias;
- As decisões são tomadas e debatidas no FECOL;
- A comunidade participa no processo de tomada de decisão.

É importante realizar um retrocesso para perceber que a comunidade do Conjunto Palmeira, ao ser realojada em outro território, foi vítima da globalização. Eles foram deslocados para uma região sem a infraestrutura necessária para suprir as suas necessidades mínimas, como saúde e educação. Aquele bairro não tinha nada e estava isolado por força das poucas condições que havia em termos de habitação. Toda esta situação foi gerada devido à especulação imobiliária.

Pode-se verificar também o fenômeno da glocalização no projeto do Banco Palmas, que de acordo com Franco (2003:141) é a mudança social que ocorre de acordo com um novo ambiente político, inovação tecnológica, nova cultura, entre outros aspetos.

## **Desenvolvimento Comunitário**

No que confere a definição de Desenvolvimento Comunitário, os autores referenciados no Capítulo I concluem que - Desenvolvimento Comunitário é definitivamente uma técnica, uma ferramenta criada para implementar o Desenvolvimento Local numa comunidade. A partir desta conclusão reconheceu-se a necessidade de criar um conceito de cariz mais social, e na década de 70, contrariando o modelo fordista de crescimento económico, é formado o conceito de Desenvolvimento Local. Ainda diria que o conceito de Desenvolvimento Local não teria o mesmo impacto sem a técnica do Desenvolvimento Comunitário.

As Nações Unidas definiram assim o Desenvolvimento Comunitário - “Conjunto de processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral”. (Silva, 1963:543)

Realizando a retrospectiva para 1973 (reajustamento dos moradores do Conjunto Palmeira), e posteriormente para 1998 (criação do Banco Palmas), é verificado um período de 25 anos em que os moradores do Conjunto Palmeira estiveram a lutar sem que o estado acreditasse na força que aquela comunidade tinha. No entanto, é logo a seguir à criação da moeda social, em 2000, que se iniciam as parcerias com o Banco Palmas. Esta breve análise esclarece que o Banco Palmas na sua implementação não utilizou a técnica de Desenvolvimento Comunitário para o Desenvolvimento Local do Conjunto Palmeira, tendo a população, através da ASMOCONP, desenvolvido mecanismos próprios, com base na teologia da libertação, para desenvolver o bairro.

Isso não significa que não tenham sido utilizadas algumas, ou todas, as fases da técnica do Desenvolvimento Comunitário, uma vez que, como defendido por Manuela Silva (1963:547-557), as fases de implementação de um processo que envolve o Desenvolvimento Comunitário, são bastante aproximadas da animação que ocorreu dentro do Conjunto Palmeira – informação geral e dinamização da coletividade; prospeção das necessidades e recursos potenciais; descoberta e formação dos líderes locais; elaboração de um plano, avaliação dos resultados, sendo o principal objetivo do Desenvolvimento Comunitário acelerar o desenvolvimento sustentável de uma determinada região.

Conclui-se assim que o Banco Palmas não utilizou a técnica de Desenvolvimento Comunitário. No caso de isso ter ocorrido, foi realmente sem a intenção de o fazer. No



entanto o resultado foi o mesmo: mobilização e animação da comunidade com o intuito de desenvolver uma metodologia que permitisse a diminuição da pobreza e a inclusão social daquela população.

### **Economia Solidária**

O conceito de Economia Solidária foi explorado no Capítulo III deste trabalho e é com base no estudo de caso aqui apresentado que se define que o Banco Palmas é um empreendimento de Economia Solidária no campo das finanças solidárias. É nítida a relação estreita que há entre os Bancos Comunitários e empreendimento da Economia Solidária:

- Não tem dono, propriedade coletiva, pertence à comunidade;
- Não se apropria dos seus excedentes, todos os seus excedentes são reinvestidos em novos créditos para a comunidade;
- Mantém taxas de juros abaixo das do mercado;
- Estimula rede de colaboração entre produtores e consumidores;
- Realiza análise de crédito com base no aval da vizinhança, confiando na pessoa humana ao fazer a concessão de crédito. (IPDSS, 2010)

Realizando uma análise do estudo de caso com o conceito de Economia Solidária apresentado por Laville, no que concerne a dimensão sociopolítica, podemos concluir que grande parte da comunidade do Conjunto Palmeira é participativa (entre janeiro a abril de 2013 foram formadas 1.655 pessoas nas áreas financeiras, pedagógica e de capacitação profissional)<sup>68</sup>. É notável a mudança que esta participação democrática atribuiu à comunidade do Conjunto Palmeira. Sendo também verdade que no início do projeto, muitas entidades do estado e particulares não perceberam o potencial que havia no mesmo. O Banco Central do Brasil esteve muito próximo de processar o Banco Palmas nos primeiros anos de surgimento do banco, sendo hoje um grande parceiro deste projeto.

Quanto a dimensão socioeconómica, não há dúvida de que a distribuição de renda realizada dentro do Conjunto Palmeira é justa. Conclui-se isso com o facto de que os empréstimos são taxados de acordo com o montante solicitado. Quanto maior for o empréstimo, maiores serão os juros, facilitando assim distribuição da riqueza.

---

<sup>68</sup> Instituto Palmas (2013), Boletim de Atividades janeiro-abril 2013. [online] Disponível em: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim\\_janeiro\\_-\\_abril\\_2013\\_opo\\_2.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim_janeiro_-_abril_2013_opo_2.pdf)>. [Acedido em 09 de agosto de 2013].

No Brasil há um órgão vinculado ao MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego, chamado SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária que foi criado em 2003 com a “missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários” (SENAES, 2007) pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Pode-se especular que o Banco Palmas foi um agente promotor para a criação desta secretaria, uma vez que disseminou o modelo de Bancos Comunitários por todo o Brasil.

A Economia Solidária é sem dúvida um modelo alternativo ao capitalismo desenfreado que existe na sociedade atual. Visa a inclusão social de pessoas carentes dando-lhes a oportunidade de saírem de situações de pobreza extrema através de projetos sociais que estimulam o empoderamento, a educação, a criatividade, a cultura, entre outros. Isso aconteceu no Conjunto Palmeira através do Banco Palmas que organizou aquela comunidade de forma a aproveitar ao máximo os recursos produzidos naquele local. Durante este estudo houve uma situação que foi reportada num dos documentos do estudo de caso bastante caricata – a impossibilidade da compra da merenda escolar dentro do Conjunto Palmeira devido à exigência do estado de licitações para realização destas compras. Por esta razão é importante a prática da parceria e tomada de decisões em conjunto com o poder público.

Há diversos aspetos que entrelaçam os três conceitos apresentados nesta dissertação com o Banco Palmas, no entanto, devido à dimensão das características que se cruzam, serão objetos de estudo num trabalho futuro.

## CONCLUSÃO

A luta contra a pobreza e a exclusão social foi o que sempre encaminhou a autora para a área analisada neste estudo. Afinal o que é a pobreza? É simplesmente a não inclusão das pessoas pobres na economia local e mundial? Acredita-se que não, vai além disso, sendo a falta de oportunidade para ingressar numa escola, de cuidar basicamente da saúde, de poder desenvolver as capacidades cognitivas e criativas de uma pessoa. Tudo isto gera um ciclo vicioso da pobreza o qual só pode ser inativado com paciência e apoio de toda a sociedade.

A pobreza é um fator de alto risco nas comunidades – falta de habitação, analfabetismo, falta de acesso a sistemas de saúde e baixa auto estima. Sendo assim, o desenvolvimento é o conceito que visa solucionar problemas como práticas de cidadania, relação com o território, desafio à reflexão de cidadania, problemas sociais contemporâneos, coesão social, pobreza e exclusão social.

Pensa-se habitualmente que as questões sociais serão resolvidas diante um crescimento económico, com a conseqüente geração de mais emprego e distribuição de renda. No entanto, é preciso desenvolver políticas sociais de inclusão com caráter de promoção, e não apenas de proteção social às questões da exclusão social.<sup>69</sup>

É importante que os governos reconheçam as insuficiências do estado e promovam com maior frequência as parcerias entre o estado, o mercado e a sociedade civil. Esta alternativa poderá vir a tirar milhares de pessoas que vivem, num limiar de pobreza extrema, em situação de exclusão social. (Franco, 1997)

O Banco Palmas é um projeto pioneiro no Brasil. O Conjunto Palmeira através da organização da sua sociedade teve possibilidades de lutar contra as condições adversas que se encontravam no passado. Atualmente eles beneficiam-se com projetos do Banco Palmas. Na área da educação com o projeto “curso de consultores comunitários”, na área da moda com o “palma fashion”, na área da cultura com a “companhia bate palmas”, na área da igualdade de gênero com o “projeto elas”, na área de capacitação de jovens com o “projeto 1000 jovens 10 ideias”, além de diversos empreendimentos que funcionam dentro do Conjunto Palmeira.

---

<sup>69</sup> Franco, Augusto de (1997). *Comunidade Solidária um projeto que tem tudo para não “dar certo”* [pdf]. p. 72.

Estes empreendimentos, pelo menos 260 deles, utilizam a moeda social, estimulando o consumo, a produção, a geração de emprego e renda dentro do bairro.

A ASMOCONP, através do Banco Palmas, é o ambiente social ideal para empoderar as pessoas. É um projeto que encoraja, estimula e motiva as populações de baixa renda a sonhar com um futuro melhor.

No entanto, o que se conclui neste trabalho é a tentativa de resposta à questão colocada na introdução do mesmo – como divulgar o trabalho dos Bancos Comunitários, ou projetos de Desenvolvimento Local e Economia Solidária similares, para que os mesmos sejam utilizados como modelo para o combate à pobreza e incentivo à inclusão social?

Certamente serão necessárias políticas sociais coerentes e um maior envolvimento da sociedade civil, em especial dos profissionais, uma vez que a coletividade local por si só não tem recursos financeiros para implementar um projeto de Desenvolvimento Local. As pessoas envolvidas no processo também devem desenvolver uma consciência ativa, pois é dessas pessoas que surge o estímulo exterior que é necessário na maioria dos projetos de Desenvolvimento Local.

Acredita-se que um Banco Comunitário, como o que foi apresentado no estudo de caso, tem muitas probabilidades de servir como instrumento interventor para comunidades desfavorecidas. No entanto é preciso ressaltar que “uma das condições indispensáveis para a criação dos Bancos Comunitários é a mobilização endógena do território com representação do desejo da comunidade” (Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, 2013:99).

Por esta razão é importante sensibilizar a população para este projeto inovador, respeitar as diferenças entre as comunidades a abranger e apresentar o projeto como ferramenta para o desenvolvimento do local, expondo todos os pontos positivos que foram aqui apresentados. Este estudo visa deixar à comunidade acadêmica e equipas de investigação, a experiência do caso de sucesso brasileiro com vista a que sejam investigados e posteriormente implementados projetos de Desenvolvimento Local e Economia Solidária como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Há questões que ficaram por ser respondidas neste estudo e que poderiam ser abordadas em investigações futuras sendo uma delas: “Será que o Banco Palmas, ao limitar o seu público-alvo às comunidades mais carenciadas, não estará promovendo a homogeneidade de classes dentro destas sociedades?”

## WEBGRAFIA

- Anon: (2013). Economia Social e Solidária, *O Figueirense* [online]. Disponível em: <[http://www.ofigueirense.com/seccao.php?id\\_edi=202&id\\_sec=1](http://www.ofigueirense.com/seccao.php?id_edi=202&id_sec=1)> [Acedido em 13 de fevereiro de 2011]
- BNDES (s.d.), Desenvolvimento Comunitário. [online] BNDES. Disponível em: <<http://www.empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf>> [Acedido em 03 de novembro de 2013]
- Giraldi, Renata (2013). O mundo pode chegar a 3 bilhões de pessoas em situação de pobreza até 2050, diz ONU. *Agência Brasil*, [online] 2 julho. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-02/mundo-pode-chegar-3-bilhoes-de-pessoas-em-situacao-de-pobreza-ate-2050-diz-onu>> [Acedido em 07 de outubro de 2013]
- Melo, Joaquim (2013). Folha de São Paulo. *O Papel dos Bancos Comunitários no Programa Federal Crescer*. [online] Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1240710-o-papel-dos-bancos-comunitarios-no-programa-federal-crescer.shtml> acedido em 24/04/2013> [Acedido em 09 de março de 2013]
- PNUD (s.d.), *O que é Desenvolvimento Humano*. [online] Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=liDH>> [Acedido em 14 de junho de 2013]
- Wikipédia – Gentrificação. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o>> [Acedido em 15 de outubro de 2013]



## BIBLIOGRAFIA

- Amaro, R. Rogério (1998), “Livro de actas da Conferência Local de Emprego” realizada pela Câmara Municipal de Oeiras, 25 de Novembro de 1998.
- Amaro, R. Rogério (2004), *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos.
- Anon. s.d. Economia Solidária Outra Economia Acontece, *Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*.
- Barquero, V. Antonio (2006) *Endogenous Development: Analytical and Policy Issues*. [pdf]
- Benini, G. Elcio e Leonardo F.F. Neto, s.d., *Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão*. [pdf] Disponível em:  
<[http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412\\_Economia\\_Solidaria\\_Seget.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf)> [Acedido em: 08 de setembro de 2012]
- Buarque, C. Sérgio (2001), *Construindo o Desenvolvimento Sustentável*. Recife: s.n.
- Caeiro, C.M. Joaquim (2008), Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Kátal Florianópolis*, 11 (1).
- Carmo, Hermano (2007), *Desenvolvimento Comunitário*. 2ª ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010) *Políticas para o Desenvolvimento Local*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPoliticadas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]
- França, C. Luiz de, e Roberto N. G. Filho in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). Dowbor, Ladislau (1995). Requisitos para um Projeto de Desenvolvimento Local, *DICAS*, 53.
- Franco, Augusto de (1997). *Comunidade Solidária um projeto que tem tudo para não “dar certo”* [pdf]
- Franco, Augusto de (2003). *A Revolução do Local*. [pdf] Disponível em:  
<<http://www.scribd.com/doc/16820953/Augusto-Franco-A-revolucao-do-local>> [Acedido em 02 de novembro de 2013]
- Franco, Augusto de (2004) *O Lugar mais Desenvolvido do Mundo – Investindo no Capital Social para Promover o Desenvolvimento Comunitário*. [pdf] Disponível em:  
<<http://www.slideshare.net/augustodefranco/o-lugar-mais-desenvolvido-do-mundo>> [Acedido em: 14 de maio 2011]
- Heck, Silvino in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *Políticas de Emprego e Inclusão Social: o Pão, a Palavra e o Projeto. Políticas Redistributivas de Renda Orientadas ao Desenvolvimento Local*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPoliticadas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]
- Henriques, M. E. José (2006), *Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes*. Doutor ISCTE. Disponível em:  
<[http://repositorio.iul.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento\\_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf](http://repositorio.iul.iscte.pt/bitstream/10071/273/1/Tese%20de%20Doutoramento_Jos%C3%A9%20Manuel%20Henriques.pdf)> [Acedido em 15 de outubro de 2013]

- Horochovski, R. Rodrigo e Giselle Meirelles (2007). *Problematizando o Conceito de Empoderamento*. [pdf] Disponível em: <[http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)> [Acedido em: 29 de setembro de 2013]
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, *Relatório Anual 2012* [pdf] Instituto Palmas. Disponível em: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/relatorio\\_do\\_instituto\\_palmas\\_12.2.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/relatorio_do_instituto_palmas_12.2.pdf)> [acedido em 18 de Abril de 2013]
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (IPDSS), s.d., *100 Perguntas mais frequente*. [pdf] Instituto Palmas. Disponível em <<http://www.slideshare.net/bancopalmas/banco-palmas-100-perguntas-mais-frequentes?ref=http://www.inovacaoparainclusao.com/publicaccedilotildees-do-instituto.html>> [Acedido em 28 de janeiro de 2011]
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2013), *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*, São Paulo: A9 Editora.
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2013), Boletim de Atividades janeiro-abril 2013. [online] Disponível em: <[http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim\\_janeiro\\_-\\_abril\\_2013\\_opo\\_2.pdf](http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/boletim_janeiro_-_abril_2013_opo_2.pdf)>. [Acedido em 09 de agosto de 2013]
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, (s.d.). *Banco Comunitário*. [online] Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/o-que-e-um-banco-comunitario.html>> [Acedido em 19 de agosto de 2013]
- Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. [online] Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>> [Acedido em 28 de Janeiro de 2011]
- Jesus, Paulo de, (2008). *Economia Solidária em Pernambuco*. Recife: Edições Bagaço.
- Júnior, S.T, Jeová (2008), *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos*. Fortaleza: Arte Visual.
- Laville, J. Louis e Luiz I. Gaiger in Cattani, et al (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Lechat, P. M. Noëlle (2002). Economia Social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas*, 2 (1)
- Pecqueur, Bernard (2005). O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. *Raízes*, 24 (1 e 2)
- Pires, Luis Henrique in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *A Descentralização do Poder e a Regionalização das Soluções como Instrumentos da Promoção do Desenvolvimento Local/Regional*. [pdf] Disponível em <<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]
- Segundo, N.M.J., Joaquim, s.d., *Bancos Comunitários*. [online] Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/.../artigo\\_banco\\_palmas.doc](http://xa.yimg.com/kq/groups/.../artigo_banco_palmas.doc)> [Acedido em 25 de julho de 2013] s.p.



- Segundo, N.M.J., Joaquim e Sandra Magalhães (2008), *Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza, Expressão Gráfica.
- Segundo, N.M.J., Joaquim (2013). Revista Ideias em Gestão, nº 11. *Entrevista João Joaquim de Melo Neto Segundo*. [online] Disponível em <  
<http://www.aiec.br/revista/edicoes/mobiles/marco-2013.pdf>> [Acedido em 09 de novembro de 2013]
- Silva, M. Manuela (1963), *Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário* [pdf] Universidade de Lisboa. Disponível em:  
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0Ll19BR8.pdf>> [acedido em 12 de fevereiro de 2011]
- Silva, M. Manuela (1964), *Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal* [pdf] Universidade de Lisboa. Disponível em:  
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163326H3cNW1up0Xu63YZ0.pdf>> [acedido em 12 de fevereiro de 2011]
- Singer, Paul (2004). *É possível levar o Desenvolvimento a Comunidades Pobres?* [pdf] MTE Disponível em:<  
[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog\\_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf)> [Acedido em: 05 de dezembro de 2010]
- Somekh, Nadia in Dowbor, Ladislau e Marcio Pochmann (2010). *A Construção Social da Cidade: Desenvolvimento Local e Projetos Urbanos*. [pdf] Disponível em  
<<http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolitic-1.pdf>> [Acedido em 16 de outubro de 2013]
- Stöhr, Walter (1984). Changing External Conditions and a Paradigm Shift in Regional Development Strategies? *Estudos de Economia*, IV (4) s.d.
- UNESCO (1956), *Working Paper... The Definition of Community Development* [pdf] UNESCO. Disponível em: <  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001797/179726eb.pdf>> [Acedido em 02 de novembro de 2013]
- Vieira, M. Fabiano, 2005, *Coerência e Aderência da Economia Solidária: Um Estudo de Caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo